



**Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 22 de dezembro de 2017**

Aos vinte de dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se iniciar a assembleia, tomou posse, por trinta dias, o senhor Nelson José de Sousa Almeida, como membro desta assembleia, em substituição do membro João Paulo Tavares que solicitou suspensão de mandato pelo referido período de tempo

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão à luz da qual se faz representar por Firmino dos Santos, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das nove horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: António Ferreira, Isaac Almeida, Ventura Gonçalves e José Hélder Viegas, que apresentaram justificação, que foi aceite pela mesa que as considerou relevadas.

**1-Período de antes da Ordem do Dia:**

**1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 4 de setembro de 2017**

Foi apresentada a ata da reunião ordinária de 4 de setembro de 2017 e, não havendo intervenções foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, José Manuel Mendes, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira e António Fernandes Pereira.

Os membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Agnelo Laranjeira,



Carlos José Coimbra, Mário Simões, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão de setembro.

### **1.2 Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 20 de outubro de 2017**

Apresentada e, não havendo intervenções, a ata da sessão extraordinária de 20 de outubro de 2017, foi aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.

Os membros: Jorge Batista, Nelson Almeida e Firmino Melo, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão.

### **1.3 Discussão e votação da sessão extraordinária de 15 de novembro de 2017**

Não havendo intervenções, a ata da reunião extraordinária, de 15 de novembro de 2017, foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.



Os membros: Nelson Almeida e Firmino Melo, não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão

#### **1.4. Leitura de expediente**

Foi presente o relatório de atividades e financeiro enviado pelo senhor presidente da câmara à assembleia municipal; dois emails enviados pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes”: um, sobre o programa de autoproteção em caso de incêndio florestal e desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação e estratégias de proximidade e outro, “pela defesa de um serviço postal público”.

Votos de pesar enviados pela Assembleia Municipal de Mogadouro e pela Assembleia Municipal de Penela, no âmbito dos incêndios ocorridos em outubro. Postal de boas festas enviado pelo Corpo Nacional de Escutas. Jornais “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

#### **1.5. Exposição oral pelos Membros da Assembleia**

Iniciou-se o ponto com a intervenção dos membros da bancada do PSD: Jorge Henriques apresentou um voto de congratulação, pela eleição do senhor Dr. Mário Centeno como presidente do Eurogrupo. (anexo 1).

Continuou a intervenção, saudando o Dr. Rui Santos pela eleição como presidente da mesa da assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões. Saudou, igualmente, o senhor presidente da câmara municipal de Tondela, pela sua eleição para o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

De seguida, tomou da palavra o membro Regina Coimbra, com a intervenção que se transcreve:

“Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, membros da assembleia municipal e a todos os presentes!

As IPSS são organizações sem fins lucrativos...habitualmente reconhecidas pela sua boa prestação de serviços aos seus utentes/clientes.



A lista das IPSS é extensa...

A CNIS- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, é a organização confederada das IPSS, tem como finalidade promover o quadro de valores comuns: capilaridade/caridade/comunidade/lealdade/proximidade/solidariedade e subsidiariedade.

A solidariedade social prevê uma resposta equilibrada dos problemas sociais e assenta na complementaridade entre a responsabilidade do Estado e a iniciativa da sociedade civil!

Pois bem, muitas IPSS prestam um excelente trabalho à comunidade, no entanto, e como é do conhecimento de todos, a RARÍSSIMAS, e toda a polémica envolvente, apesar de todo o mérito que a instituição tem, a verdade é que esta instituição foi beneficiada entre os anos de 2016 e 2017...

O estado tem, e deve assumir um papel regulador...

O Sr. Ministro Vieira da Silva colaborou com aquela instituição e colaborou enquanto vice-presidente da Assembleia Geral, até entrar para o governo em Novembro de 2015!

Foram feitas denúncias à Segurança Social no início do ano de 2017, e nada foi feito... Não sabia????

É de lamentar toda esta situação, mas todas as demais questões ficarão no domínio ético!

Obrigada..."

O membro Cristiana Ferreira continuou os trabalhos. (anexo 2).



Seguidamente, foi a vez dos membros da bancada do Partido Socialista, iniciando as intervenções, o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restantes elementos da mesa, membros desta assembleia.

Queria, em primeiro lugar, agradecer as saudações que me foram dirigidas, pelo facto de ter sido eleito presidente da mesa da assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões. E, dizer que procurarei fazer o desempenho do cargo com zelo, lealdade e isenção.

Quero, também, saudar o senhor presidente da câmara, por ter sido eleito para órgãos dirigentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses e lembrar que também há algo que pode ajudar ao sucesso da atividade municipal.

A eleição do ministro Mário Centeno, como presidente do Eurogrupo, do meu ponto de vista, tem alguma importância, podendo facilitar algumas situações para o país. Isso é que é importante e não o facto de ser do PS ou do PSD. Também, não tenho ilusões, que seja pelo facto de os governos anteriores não terem feito alguma coisa, que este governo fez tudo agora. Não, não tenho essa ilusão, mas também não jogo com isso a favor, nem contra. Digo isto para a bancada do PSD, não podemos dizer que quando o PSD foi governo, o problema das finanças só estava mal, porque o governo anterior assim o provocou e agora dizer que este governo não fez nada. Não pode ser assim. As responsabilidades daquilo que se faz é de muita gente, num e noutro sentido. Não levantemos as questões, que estão no âmbito judicial para atirar para cima dos outros, porque senão tenho de vir para aqui perguntar como é que por exemplo, no caso da Tecnoforma, a Comissão Europeia considera que há fraude e em Portugal não se reconhece. Isto é uma questão ultrapassada, mas a forma como foram aqui colocados os problemas, obriga-me a levantar estas questões.

Não estou aqui vocacionado para fazer intervenções destas e o tempo que nos está atribuído também não ajuda, mas se caminharmos nesse caminho a isso me obriga. O facto de ter muitos anos de vida e de ter acompanhado os processos políticos todos,



Cláudio  
R  
B

também me dá alguma informação de base e algum conhecimento de situações e pessoas. Procurarei não fazer aqui alguma chicana. Muito obrigado.”

O membro Paulo Albernaz interveio, de seguida:

“Muito bom dia a todos, queria na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal cumprimentar todos os presentes.

Correndo o risco da minha intervenção, ser um exercício de redundância, atendendo ao que o meu camarada Rui Santos foi dizendo. A minha expectativa para a assembleia municipal, neste mandato, é a expectativa de um mandato construtivo. Se a tónica que queremos dar a esta assembleia é uma espécie de exercício reiterado de maledicência, então clarifiquemos isso.

Há aqui outra coisa, que o PSD faz de forma pouco correta, faz o exercício da precedência, mas utiliza a precedência quando lhe interessa. Agora de facto o êxito económico é porque o governo de Pedro Passos Coelho fez maravilhas, mas o problema que houve no mandato, tinha a ver com o mandato do Sócrates. A precedência utiliza-se à medida. Temos de ser sérios na discussão política. E, fazia, aqui, um apelo de utilizarmos o tempo que temos disponível para sermos construtivos em termos concelhios, porque se fazemos reiterados exercícios de política nacional, também sei fazer, porque tenho essa informação. Depois, há uma coisa que me dói muito, é a ligeireza com que se tenta abocanhar pessoas que tem um passado político e técnico inquestionável, como é o caso do ministro Vieira da Silva. É de uma ligeireza constrangedora. Também acho que não se deve descontextualizar afirmações do nosso primeiro-ministro, que de facto, falou num ano saboroso, mas em contexto meramente comunitário. Tempo de trabalho sério e não de chicana política. Não estou disponível para isso. Muito obrigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra aos membros do CDS, com a intervenção do membro Abílio Santos que iniciou por desejar um bom natal a todos. Apelou a todos os membros para o cumprimento dos horários, para que futuramente as assembleias passem a iniciar-se no horário que está indicado nas convocatórias. Continuou com o voto de pesar ao Dr. João Almiro. (anexo 3). De seguida, referiu que se associava ao



voto de congratulação pela eleição do dr. Mário Centeno, por entender o valor que essa nomeação representa para o país. Associou-se, também, às nomeações do Dr. Rui Santos como presidente da mesa da CIM Viseu Dão Lafões e do senhor presidente da câmara municipal como membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O membro Cristiana Ferreira pediu a palavra e voltou ao debate:

“Muito bom dia a todos. Considerando as afirmações que foram aqui proferidas pelo Dr. Rui Santos e pelo Dr. Paulo Albernaz, gostaria de clarificar que dizer-se que é pouco sério uma determinada afirmação, fará naturalmente da sua interlocutora o mesmo, segundo entendi? Não é esse o propósito com que aqui fiz a minha intervenção política. As questões de natureza nacional, naturalmente, também têm os reflexos em termos concelhios e do nosso território. Acho que estar a tentar diminuir aquele que é o período antes da ordem do dia ou a tentar condicionar a intervenção não será o mais correto, também concordo que a intervenção deve ser de forma construtiva, mas todos nós temos as nossas posições políticas e podemos, nessa circunstância, ter a nossa opinião relativamente aos mais variados assuntos. Aquilo que tentei fazer na minha intervenção política e, porque foi um pequeno balanço que fiz do ano político, não poderia nessa circunstância de aqui registar algumas situações, nomeadamente a afirmação que foi proferida, como também reconheci aspetos que foram positivos. Com todo o respeito e com a concordância em absoluto de que aqui devemos ter uma perspectiva construtiva, isso penso que não nos deve invalidar de trazer temas da análise política, por quantos os mesmos terão naturalmente reflexos em termos concelhios.”

O membro Jorge Henriques interveio:

“Só queria lembrar que a tradição de discussão, na assembleia, de temas de atualidade nacional é uma prática, particularmente pelo grupo parlamentar do PS, que o fez com bastante dinâmica e persistência ao longo dos últimos mandatos, particularmente dos últimos oito anos. Não vendo nenhum mal, que dentro das regras de boa educação e num salutar debate e confronto de ideias, se possam debater questões de âmbito nacional. Com respeito ao senhor ministro Vieira da Silva e pela sua grande



Cláudio  
R  
J

carreira política, que obviamente no caso referido, não deixa de estar “chamuscado”. Estranho até que o líder parlamentar do PS da assembleia da republica que tenha afirmado que o senhor ministro teria violado o código de ética e conduta dos membros do governo, que foi implementado pelo próprio governo. Isto, para não entrar noutra tipo de questões. O terceiro setor, é um setor que a mim me diz muito, ao qual estou ligado há alguns anos. Para não nos desviarmos-nos excessivamente, estranho muito que numa época em que há um conjunto de exigências que se colocam às IPSS, nomeadamente nas candidaturas que têm que fazer aos fundos do Estado para fazer face e poderem ter protocolos, designadamente com a Segurança Social, para poderem financiar as suas valências, quando isso é sujeito a um sistema eletrónico. Não deixo de estranhar que no, caso em particular daquela instituição, tenha quaduplicado, por mero despacho, o seu financiamento. Penso que em nome da transparência e da verdade, enquanto cidadãos temos o dever de ver esclarecidos este tipo de situações. Penso que não vem nenhum mal ao mundo que “antes da ordem do dia” se possam debater questões nacionais, quando elas direta ou indiretamente tem reflexo no cidadão deste concelho.

Dizer, que nos associamos, obviamente, ao voto de pesar trazido aqui pelo senhor Abílio relativamente ao Dr. João Almiro.”

Continuou apresentando um voto de pesar a Horácio Rodrigues. (anexo 4)

O membro Paulo Albernaz voltou ao debate:

“Não quero entrar em polémica, mas sempre direi e admitindo que a minha expressão “é pouco sério”, tenha sido uma expressão um pouco forte. Mas, quero dizer uma coisa muito simples, aquilo que podemos fazer pior na sociedade é fazer julgamentos antecipados. Os senhores são juristas e sabem que até trânsito em julgado, a culpa não está formada. Há uma certa tendência que diria natural, para se julgarem as pessoas do PS como sendo uma espécie de malfeitores. Fazer julgamentos em praça pública, levantando a suspeição, só falta utilizar o proverbio popular que “não há fumo sem fogo”. Depois, o povo fará o resto. Por isso é que disse que é pouco sério. Entendo que a expressão é forte, mas temos de ser rigorosos. Poderia falar, aqui, de muitos



casos, como é o caso do BPN. Não tenho essa predisposição. Estou, aqui, para fazer um discurso construtivo. A política nacional é importante. Alias a política local decorre da nacional. Mas, devemos trazer para a assembleia municipal, assuntos que tenham a ver mais diretamente com o concelho. Podemos fazer, um dia, se o entenderem, uma assembleia municipal só para falar de política nacional, fazendo o “deve e haver” e se quisermos ser sérios uns com os outros, entre PS e PSD, devemos concluir grande parte do bom e do mau que foi feito neste país foi feito por nós, o chamado Bloco Central. Temos de ser equilibrados e é para isso que contam comigo. Se for para fazer uns números de política, não sei se estou disponível para tal. Queria sair daqui, após quatro anos, com o sentimento de ter ajudado para o concelho. Não tendo dúvidas que as três forças políticas que aqui estão, têm esse mesmo objetivo. Não enjeito falar de política nacional, mas com “peso e medida” e bom senso. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos tomou da palavra:

“Muito brevemente, para me associar ao voto de pesar apresentado pelo senhor Abílio. Tive oportunidade, quando tive responsabilidade através do serviço que dirigi, dar apoio às atividades desenvolvidas no “Cantinho” pelo Dr. João Almiro. Para além disso, fui vereador da câmara municipal de Tondela com o Dr. João Almiro, onde nos conhecemos melhor.

Não tenho nada contra que se discuta, aqui, questões de política nacional. Sou absoluto defensor da liberdade de pensamento e consciência. Pelo que possa ser entendido dessa forma. Em relação com aquilo que se passa aqui, é um pouco como um “coro”. Aquilo que se passou aqui hoje, foi o tom daquilo que vai ser a escolha do reportório do coro ao longo do tempo. é normal, que tenhamos todos o nosso reportório e cá estaremos sem limites à liberdade de expressão, cumprindo o regimento. Espero que a maior parte do tempo seja para discutir as questões de maior interesse imediato para o concelho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação o voto de congratulação apresentado pelo membro Jorge Henriques, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera



Cláudio  
R  
Simões

Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.

Colocado à votação o voto de pesar em memória de Dr. João Almiro, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.

Colocado à votação o voto de pesar em memória de Horácio Rodrigues, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.

Por solicitação do membro Rui Santos e do senhor presidente da câmara municipal, a ordem de trabalhos teve uma alteração na ordem anteriormente publicitada, que foi aprovada por todos os presentes.



## **2-Período da Ordem do Dia:**

### **2.4 Análise, discussão e votação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente da assembleia, membros da mesa, senhores membros da assembleia, comunicação social, público presente, a todos quero saudar e desejar bons trabalhos nesta assembleia.

Sendo a primeira assembleia ordinária tem um “período antes da ordem do dia” formal. Deu para perceber que há duas leituras sobre a forma como nós queremos ver o exercício da assembleia. Acho que esta inversão em 2019 terá uma outra leitura e depois haverá uma terceira fase, após 2019. Nenhum de nós quer que em democracia se faça juízos e avaliações de causa pública. Talvez, agora, percebam, porque é que há alguma indignação do então presidente de câmara e candidato, até setembro de 2017, quando reiteradamente algumas personalidades, que por acaso até integram listas de candidatos aqui presentes, tiveram de forma continuada uma orquestração de avaliação e de juízo político em causa pública. É bom que possamos todos ter a mesma coerência e a mesma objetividade de análise.

Mais diretamente, este ponto, sobre o IMI, incorpora três decisões: a primeira que julgo que não devemos descurar, é que, no concelho de Tondela, se aplica a taxa mais baixa de IMI. A proposta que trazemos é a de 0,3% para prédios urbanos e 0,8% para prédios rústicos, isto, depois de termos revisto em baixa, no ciclo anterior, o zonamento. Como sabem, o valor sobre que se calcula o IMI, é uma taxa que se aplica sobre o valor patrimonial tributário. Este valor é calculado, resultando de uma formula que conjuga a área bruta dependente, a independente e o zonamento. Em Tondela a taxa de zonamento é de 1 na área nuclear da cidade e a partir daí vão diminuindo praticamente até 0,4. Ora, isto, também contribui muito para a determinação da taxa de IMI que se paga. Ao contrário de outros territórios, nós temos de facto a taxa mais baixa que a lei permite. Associado a isto, junta-se a manutenção da redução fixa de 20, 40 ou 70€ em função do agregado familiar, com 1, 2 3 ou mais filhos. Também aqui estamos a aplicar os coeficientes máximos de redução.



A isto, também trazemos, e queremos acrescentar, uma redução de IMI para os prédios urbanos que foram afetados pelo incêndio de 15 e 16 de outubro. Convém lembrar que o IMI que se pagará em 2018 é reportado a 2017. Poderia haver uma de duas soluções neste âmbito: selecionar áreas deprimidas em que importasse criar um estímulo para o seu rejuvenescimento e, desse modo, poderíamos ter áreas com isenção de IMI. Nestes casos, se toda a área for considerada de depressão, a taxa de isenção aplica-se a todos os prédios daquela área. Nesta circunstância cerca de 70% do território deveria ficar isento de IMI. Acho que não seria uma medida justa, sensata, equilibrada e que promova a equidade. Por essa razão, a opção que fazemos é aplicar uma minoração de 30% sobre os fogos que foram afetados como primeiras habitações. Para tal temos de comunicar, até 30 de dezembro, à Autoridade Tributária, a identificação dos prédios. Neste momento, como é sabido, a caracterização está toda feita, somando duzentas e vinte e três casas. Mas em algumas circunstancia, por falta de informação, o que queremos propor é que se aprove este princípio e todas as pessoas que vão fazer chegar a devida documentação, até ao dia 28 de dezembro, sejam incorporadas nessa listagem. Entendo que, aqui, se justifica uma alteração legislativa para que em 2018 possamos deliberar de forma diferente, porque existiram famílias que durante o ano de 2018 ficarão grande parte desse período de tempo sem poderem usar o seu bem.

As habitações devolutas que foram atingidas por este incêndio não estão aqui incluídas, porque se determinada habitação está devoluta e se essa família não quer pagar IMI, deve promover a demolição do resto de construção, porque se não for por este caminho, será mais um foco que ali fica com degradação patrimonial e ambiental para o desenvolvimento dessas comunidades.

Esta proposta, para nós, julgo que releva um sentido de justiça. Não deixo de fazer um paralelismo com o IRS, entendo que é mais justo e universal ter uma taxa mínima de IMI, do que eventualmente ter outro tipo de estímulos que não seriam tão justos e tão universais. O IMI atinge todas as famílias e a taxa no valor mínimo é um estímulo e contributo para que haja mais investimento no parque habitacional. Muito obrigado.”

O membro Cristiana Ferreira interveio:



“Sem grandes considerações adicionais, porque entendemos que o senhor presidente da câmara a este propósito assim o fez, o Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de registar os critérios que se situam no mínimo que legalmente é permitido. Mas, acima de tudo referida a justiça e equidade que aqui foi explicada pelo senhor presidente da câmara. Deste modo, o grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a proposta que foi aqui trazida.”

Não havendo mais intervenções, foi, colocada à votação a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar em 2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

#### **2.5. Análise, discussão e votação da fixação da Participação Variável no IRS**

O senhor preside, o código de IRS prevê que 5 % do IRS poder ter uma devolução parcial ou total. Importa saber, em Portugal, quem paga IRS. Todos aqueles que tenham rendimento inferior a 650€/700€, não pagam IRS, por razões de justiça e de equidade. A devolução de IRS só facilitaria aqueles que maior rendimento têm. Quando temos de equilibrar políticas e que caldear receitas fiscais, devemos sempre procurar saber se estamos ou não a contribuir para maior justiça e maior equidade, tal como defendi no ponto anterior, onde a redução aos valores mínimos de IMI é um contributo para essa coesão. A nossa receita de IRS não é muito significativa, ronda os 650 000€, mas qualquer contributo que se desviasse dessa receita, não seria de abrangência universal em relação aquilo que é a eficácia da medida. Por essa razão apresentamos a proposta que está perante vós, na firme convicção de que isso não é nenhum entrave à fixação de pessoas. Quem hoje quer fixar-se, quer habitação que seja a custos



*Cláudia*  
*R*  
*João*

compatíveis, quer acesso a serviço de educação de qualidade, quer acesso à fruição da cultura, do desporto e quer proximidade de resposta. É isso que nos diferencia e nos qualifica em relação a outros territórios.”

O membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Iremos votar contra esta proposta, que fundamentamos na declaração de voto.

O senhor presidente da câmara falou na equidade e acho que a equidade é muito importante. Mas a equidade tem várias formas de ser interpretada e se calhar há muita coisa que poderíamos procurar se estamos a fazer as coisas que aparentemente são mais equitativas e se calhar sobre isso temos visões diferentes.

A grande questão não se pode só pôr pelo facto que alguns que recebem mais terão devolução enquanto outros não têm. Há muitas situações que são obviamente do mesmo tipo. A própria redução do IMI funciona, em parte, da mesma forma, porque quando se reduz, quem tem propriedades mais valiosas, também é mais beneficiado do que os outros, também estamos a trabalhar no âmbito da desigualdade. O problema é que uma aplicação desta medida com uma forma diferente, alias os vereadores do PS propuseram que fosse de 2,5%, que representa em termos do orçamento do município cerca de 1% da receita. Obviamente que quem fosse beneficiado por essa redução não iria aplicar só no concelho de Tondela a totalidade dessa situação que daí advém, mas uma parte seria aplicada na economia do concelho. Quando nós procuramos criar incentivos de combate á desertificação e incentivos à fixação de pessoas que têm remuneração superiores, na medida em que são de forma geral mais qualificadas e postos de trabalho mais estáveis, estamos a agir de forma simbólica. O que se tratava aqui era dar um sinal, quando se fala tanto em competitividade de territórios, este também é um dos indicadores que é tomado como fator de competitividade.

Iremos votar contra, porque entendíamos que se deveria fazer uma redução nesse sentido. Percebo as outras razões, tal como perceberam a nossa. O meu principio é cumprir o que nós assumimos e era compromisso do programa eleitoral do PS propor a redução da taxa variável do IRS.”

O membro Cristiana Ferreira tomou da palavra:



“Apenas para dizer que naturalmente, o grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente esta proposta que é hoje aqui trazida pelo executivo.

São visões diferentes, como aqui disse o Dr. Rui Santos, objetivamente e a natureza do imposto é diferenciada. Houve um conjunto de razões elencadas pelo senhor presidente da câmara que nos leva, desde modo, à génese da questão de ser um imposto sobre o rendimento. Sendo certo que só há devolução a quem paga. Compreendemos que por uma questão de opção política e com o conjunto de fatores que aqui foram trazidos, o grupo parlamentar do PSD regista e porque são visões diferentes, irá votar favoravelmente a proposta que é aqui trazida.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Acho que há aqui uma falácia que queremos fazer querer que depende exclusivamente da devolução do IRS a fixação ou não de pessoas. Ninguém se fixa onde não há emprego. A primeira prioridade de um território é gerar emprego. Se houver emprego há probabilidade de se fixarem pessoas. Se fosse pela questão do IMI ou do IRS ninguém viveria em Lisboa ou em Cascais. Cascais tinha uma taxa de IMI até hoje de 0,38%, baixou para 0,37%. O facto é que as pessoas estão nos territórios onde têm qualidade de vida e onde sentem capacidade para essa qualidade.

Também faz parte do programa eleitoral do candidato que ganhou as eleições contribuir para que haja aumento do parque habitacional, a preços compatíveis. Esse é o nosso maior desafio. Muito obrigado.”

Colocado a proposta à votação foi aprovada por maioria, com os votos contra dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho. Votara a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Carvalho.



O membro Rui Santos argumentou que não era uma falácia e que só referiu que era um fator, entre outros, de fixação.

De seguida, entregou declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração do Voto

Os eleitos pelo PS para Assembleia Municipal de Tondela votaram contra a proposta de fixação da Participação Variável do IRS em 5% porque:

1-Num Concelho que precisa de reforçar os incentivos ao combate à desertificação e deslocação dos que nele trabalham para residirem noutros Concelhos a devolução de uma parcela do IRS pago funciona como atrativo à fixação e fator de competitividade na fixação de trabalhadores;

2-A opção de fixação daquela participação em 2,5% como foi proposto pelos Vereadores do PS na Câmara Municipal representaria uma redução de pouco mais de 1% nas receitas da Câmara Municipal, mas em contrapartida representaria um aumento de investimento na economia local;

3-Tal medida não representa o agravamento de qualquer desigualdade significativa entre contribuintes e contribuiria, como atrás dito, para atrair e fixar pessoas normalmente mais qualificadas seriam um pouco mais beneficiadas em termos de devolução, mas porque já partem de melhores condições salariais;

4-Uma solução do mesmo tipo já foi adotada quando se propôs e se aprovou a redução da Taxa de IMI, redução que também beneficia quem tem habitações de maior valor dentro das faixas de valorização mais frequentes, pelo que não há razão para invocar qualquer agravamento de desigualdades. “

## **2.6. Análise, discussão e votação da fixação da Derrama**

O senhor presidente da câmara interveio:

“A proposta está devidamente fundamentada e o que propõe é uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. A exemplo do IRS, não é por existir



derrama em Tondela que não há investimento, captação de empresas e fixação de empresários, o que demonstra a antítese da tese que foi aqui explanada”

O membro Jorge Henriques, de seguida, tomou da palavra:

“Para nós está no orçamento um valor previsível para 2018 e que ronda um milhão de euros. O que nos congratulamos é a capacidade de atrair investimento e a forma como Tondela o tem conseguido, como foi o caso mais recentemente da Eberspacher, na Zona Industrial do Lajedo.

“Bem-estar”, pese embora alguns achem que Tondela era uma região de bem-estar do passado. Nós entendemos que Tondela vem dando mostras de ser também liderante regionalmente no setor industrial, pela capacidade que tem de gerar riqueza, porque sem ela jamais poderia afirmar-se como sendo uma região de bem-estar. Embora havendo ainda algum trabalho a realizar. Muito obrigado.”

Colocado à votação, a fixação da derrama foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

## **2.7. Análise, discussão e votação da fixação da taxa Municipal de Direitos de Passagem**

O senhor presidente da câmara explanou:

“Este ponto, de facto, é daqueles em que todos estamos de acordo, quem tem lucros de milhões de euros deveria custear as operações que lhe são associadas em termos de direitos de passagem. Mas a Lei é esta que temos. Tal como já tive



oportunidade de referir na discussão deste ponto na câmara, caberá a quem poder legislativo alterar esta situação. A taxa que daqui resulta é praticamente residual, inferior a 10 000€. É o cliente em última linha que vai pagar esta importância. O meu repto é subscrever todas as declarações de voto que se indignem com esta situação. Porque é o momento para que seja feita alteração legislativa. Tal como noutras áreas, grande parte das renováveis tem repercussão nas nossas faturas de energia elétrica. O que é um facto é que quem paga, mesmo que não a consuma, é o cliente final. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio:

“Obviamente, nós votaremos contra esta taxa. O senhor presidente disse que está na Lei, então nós estamos aqui a votá-la? Se está na Lei é uma imposição. A minha questão é uma questão de fundo que tem a ver como foi fixado por quem estava e dirigia a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que entrou num caminho como este que é uma forma de financiamento indireto às empresas. Os utilizadores da passagem são as empresas de telecomunicações, não são os munícipes que estão desta forma a financiar obrigatoriamente quem usa, violando o princípio do utilizador/pagador, que são as empresas. Ainda por cima estamos perante uma empresa que é a principal beneficiária desta situação, que passados dois meses dos incêndios ainda não repôs as comunicações em algumas zonas afetadas. É altura de se acabar com esta situação. Se temos poder de fixação de taxa é porque temos poder para que não se pague.”

O membro Jorge Henriques continuou:

“Votaremos favoravelmente pela proposta apresentada. Mas, não deixamos também de estar solidários com as preocupações que o senhor presidente aqui deixou. Preocupa-nos que a lei imponha que seja os consumidores finais a ter que suportar esta taxa e não os operadores. Deixaria aqui um desafio, porque concordamos que quem teria de suportar esta taxa seriam as operadoras. No caso dos incêndios tem-se portado efetivamente mal, porque há zonas que ainda não têm o serviço repostado. Lanço um desafio, para que se votasse uma moção conjunta desafiando o governo a alterar o artigo 106 n° 2 alínea a) da Lei das telecomunicações. Deixo este desafio. Mesmo com esta reserva votaremos favoravelmente esta proposta.”



*Paul*  
*R*  
*Am*

O membro Rui Santos voltou ao debate:

“Geralmente procuro estar mais bem fundamentado, mas neste momento, não tenho presente qual é o enquadramento legal todo. Se podemos decidir a taxa, podemos isenta-la, ainda mais que no orçamento camarário tem pouco significado. Estamos disponíveis a reunirmo-nos e desencadear um processo de elaboração de uma moção que vá para a Assembleia da República, para o Governo e para a ANMP, de onde veio a proposta para esta taxa. Também deixo a proposta para que o senhor presidente da câmara tome a iniciativa pelo seu lado promover a revisão desta situação.”

O membro Abílio dos Santos interveio:

“Acho que esta taxa é um disparate. Deveria ser paga pelos operadores e reforçando o que foi dito em relação ao trabalho efetuado depois dos incêndios, não foi um trabalho muito abonatório, atendendo que muitos locais não têm o serviço contratado. Por tudo isto vou votar contra.”

Colocado à votação foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, Marta Marques, Carlos Viegas, António Almeida Dias, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho. Votara a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Carvalho

O membro Rui Santos entregou declaração de voto, que se transcreve:

“Os eleitos pelo PS para Assembleia Municipal de Tondela votaram contra a proposta de Taxa dos Direitos de passagem porque:

1-A taxa dos direitos de passagem é um custo dos operadores que fornecem serviços que usam o território municipal pelo que não têm de ser imputados aos consumidores dos serviços/produtos que esse mesmo operador fornece;



2-A fórmula que a os responsáveis, à época, pela Associação Nacional de Municípios encontraram para aceitar esta taxa não é mais que uma forma encapotada de financiamento forçado de consumidores e não consumidores a essas empresas prestadoras de serviços, contrária ao princípio do Utilizador-Pagador tão caro a quem negociou o acordo pela ANMP.

3-A empresa que mais utiliza a passagem pelo território do Município tem revelado um enorme desprezo por muitos dos seus clientes, munícipes do nosso Concelho e de Concelhos limítrofes, uma vez que passados mais de dois meses sobre os incêndios que se abateram sobre o nosso Concelho e outros próximos mantém ainda clientes sem lhe assegurar os serviços que com eles tinha contratados. “

#### **2.8. Análise, discussão e votação do Mapa de pessoal para 2018**

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que explicitou:

“Como é sabido o orçamento deve ser acompanhado do mapa de pessoal, porque a amplitude deste mapa tem implicações naquilo que é a projeção orçamental. Trazemos um mapa que reflete algumas alterações que se prendem, essencialmente, com a possibilidade que está prevista pelo Orçamento de Estado de 2018, de poder ocorrer um processo de integração de precários, pessoas que entre 1 de janeiro e 15 de maio deste ano tenham tido integração no município, seja por força dos contratos de inserção de emprego, seja os CEIS+ ou contratos a termo resolutivo. Nesta situação temos pessoas que estão há vários anos na área da educação e, porque o município tem vindo a assumir áreas que não são suas; como sabemos a responsabilidade no concerne à colocação de assistentes operacionais no 1º ciclo é do Ministério da Educação, mas a qualidade que queremos nas respostas sociais e que fazem a diferença entre viver noutros concelhos ou viver em Tondela, leva-nos a, em primeiro lugar, olhar para o interesse das pessoas e só depois discutir de quem é a responsabilidade. Temos quarenta e uma pessoas que estão há muitos anos com contratos a termo resolutivo. Esta possibilidade no caso de vir a ocorrer determina que possa existir um concurso dirigido exclusivamente para este universo de pessoas. Como também é sabido, qualquer concurso que se faça, se não for em regime especial como é o caso dos precários,



obrigará que em primeiro lugar seja consultada o universo de pessoas com vínculo que queira deslocar-se para esse posto de trabalho, só, depois, não havendo candidatos é que passa a ser de âmbito externo. No mapa de pessoal também estão presentes soluções para mobilidades inter-carreiras. Tudo isto levou a que houvesse um incremento orçamental. Esta são as alterações do mapa de pessoal, procurando acomodar todas as soluções que contribuam para estabilizar o conjunto de colaboradores do município. Convém registar que, ao longo dos últimos dez anos, praticamente não houve ingresso de colaboradores em todas as autarquias, porque o que acontecia era a obrigatoriedade de redução, em 2% ao ano dos seus funcionários, que tem sido atingida por força das aposentações. Muito obrigado.”

Não havendo intervenções, o presidente da mesa da assembleia colocou à votação o mapa de pessoal para 2018, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

## **2.2. Apreciação discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2018**

O senhor presidente da câmara interveio para fazer algumas considerações sobre este documento:

“Este é um documento nuclear estrutural que encerra um conjunto de opções estratégicas e políticas. O que não deixa de ser um dos documentos mais relevantes para a governação da autarquia que reflete uma preocupação, tal como assumimos no dia 20



de outubro que é o caso dos incêndios e que irá condicionar em grande parte a nossa liberdade para trabalharmos nos outros domínios em que gostaríamos de estar a agir.

Por essa razão relembro as razões fundamentadas que incorporam a justificação deste orçamento: “O presente orçamento é elaborado num tempo onde urge resolver um conjunto alargado de problemáticas, associadas à catástrofe de dos incêndios de outubro de 2017.

Trata-se de um dos maiores desafios que nos são colocados.

Pela dimensão da gravidade que deixou centenas de famílias com as suas habitações danificadas e que arrastou uma mancha de devastação que percorreu espaço florestal e agrícola, com danos no sector agropecuários e na silvicultura, tendo também atingindo empresas, serviços e comércio, para além da irreparável perda de vidas humanas.

Este cenário carregado de dor, coloca-nos focados neste desígnio. Razão pela qual as Opções do Plano não podem deixar de vincar este percurso, seja na reabilitação de infraestruturas públicas danificadas, seja no apoio a uma das maiores ações de intervenção no parque habitacional, onde se impõe apoiar a reconstrução de tantas habitações próprias e permanentes.

Por outro lado, impõe-se uma reforma do ordenamento da floresta, dos meios de proteção, do planeamento e da sua defesa. Acompanharemos essa análise que se impõe como urgente, sendo verdade que há uma convergência nacional sobre o tema, importa saber se há determinação e liderança do poder central, para que ocorra essa reforma, que terá de ter um horizonte que ultrapasse várias legislaturas.

A par deste objetivo nuclear, não deixaremos de vincar as constates interações que se impõe acompanhar com a Administração Central, a análise dos modelos em análise no modelo da Lei das Finanças Locais, a par da eventual estratégia de Descentralização, para o que se impõe uma análise cuidada multissectorial que permita avaliar os graus de ganho, se existirem, num prisma de proximidade com os



destinatários da administração pública, da equidade das respostas, e da universalidade do acesso a tais patamares de serviços.

Noutro ângulo de visão, este Plano e Orçamento não deixa de ter presente as funções sociais, centradas na educação, na promoção da cultura e do desporto, a par da valorização da qualidade de vida.

O investimento nas áreas de acolhimento empresarial e no ambiente, continuarão presentes na ambição que transportamos para este novo ciclo autárquico, potenciando as candidaturas que oportunamente submetemos e que obtiveram mérito, enquanto desenhamos outros projetos que correspondam à necessidade de qualificar a segunda geração de sistemas de tratamento.

Ainda merece destaque a atenção dada à captação de investimento, ao empreendedorismo e aos centros tecnológicos associando o tecido empresarial e os centros de competências.

Por fim, temos presente que um Plano com esta ambição, deve ser sustentado na participação dos diferentes agentes sócio económicos, fortalecendo a coesão e a solidariedade.”

Julgo que esta nota introdutória é de todo necessária para explicarmos aquilo que tenho reafirmado. Se alguém pensa que o que aconteceu em 15 e 16 de outubro já passou e que podemos voltar a dirigir para aquilo que era a ação diária da autarquia, está enganado. Teremos um ano de 2018 muito marcado por esta intervenção. Escusado será lembrar que no dia 18 de novembro, Tondela foi o primeiro município a estabelecer um protocolo de cooperação com os serviços desconcentrados e com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Coesão que está a liderar o processo de reabilitação urbana, para garantirmos que rapidamente possamos proceder a essa reabilitação. Seria muito fácil se fosse para construir 200 casas iguais, neste caso trata-se de ter 224 famílias, cada uma com a sua problemática e com os desejos que querem ver satisfeitos, por isso cada caso é um caso. E se há coisa que não conseguimos medir é o grau de ansiedade destas



peçoas. Por isso estamos muito empenhados e irá ser necessário empenho de muitos meses. Não conseguiremos dar a amplitude deste início de mandato que desejávamos sem ter este problema resolvido. O orçamento espelha isto. Espelha um conjunto significativo de obras que têm de se colocar em concurso. O mês de janeiro será o mês em que tal terá de ocorrer. É verdade que temos na Frente Ribeirinha e no Centro Tecnológico 2 500 000€, previstos neste orçamento, com fundo comunitário associado, fruto de candidaturas que fizemos no anterior mandato. Temos a conclusão da Zona Industrial do Lagedo, cujo investimento é de um milhão de euros e que se estima que até ao final do primeiro trimestre esteja concluído. A Zona Industrial de Tondela, com a reprogramação feita, tem financiamento perto de dois milhões de euros para um investimento de cerca de 2 300 000€, que terá de avançar. Este orçamento espelha 2 200 000€ para a educação, onde inclui um investimento de cerca de 900 000€ para a reabilitação da Escola Secundária de Tondela, sendo o resto para funções sociais nesta área, que inclui transportes escolares, ação social escolar, fruta escolar, refeições para todo o 1º ciclo, AEC's e custos associados a assistentes operacionais, sendo este último um custo que não deveria ser nosso, mas que estamos a assumir. É verdade que para a cultura e desporto também estão previstos 1 300 000€.

Mas, também, é verdade que este orçamento projeta novas ambições, em particular no domínio do ambiente. Estamos a concluir uma fase no saneamento no Caramulo, com as vicissitudes que são conhecidas, mas estamos a ultimar a revisão do projeto para que a área restante do Caramulo que inclui captações, adução, novos reservatórios, rede de distribuição esteja em condições no arranque no ano de se colocar em concurso público. Está adjudicada a 2ª fase da rede de Molelinhos, para arrancar no início do ano. Tudo isto está refletido no orçamento.

Mas, este orçamento também projeta a necessidade de desenharmos novos modelos de respostas. Desde já, a necessidade de repensar o modelo de tratamento no Caramulo. a ETAR existente é antiga, da década de 50. Pensar num sistema de abastecimento às povoações de Janardo, Figueiral e requalificação em Vila de Rei. Pensar num sistema de requalificação em Redonho e Fermentelos em Campo de



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Besteiros, que deverá ser remodelada antes da pavimentação. Pensar no sistema de ligação de água e esgoto ao Penedo. Assumir a ligação de água de Borralhal a Várzea do Homem. A execução do coletor que irá resolver as ligações da povoação do Carvalhal de Mouraz, povoação de Mouraz à nova ETAR do Couço. E, dois sistemas de 2ª geração, porque resolver o problema de Múceres e Cortiçada, por si só não é solução. Queremos integrar uma visão mais lata que possa abarcar Vale, eventualmente Borralhal e que possa ter uma solução integrada, tal como em relação à freguesia de Lobão da Beira, onde existia atualmente cinco sistemas com mais de 25 anos, em que importa também uma solução integrada.

Este é o orçamento que irá acomodar os projetos para estes investimentos. Ao mesmo tempo está previsto neste orçamento, um projeto ambicioso que permitirá ligar a área de acolhimento empresarial do Lagedo até ao IP3, proposta que foi objeto de partilha e análise em período pré-eleitoral.

Este orçamento olha para a emergência e responde à emergência. Estimamos que esta emergência só no domínio da habitação possa ultrapassar mais de 10 500 000€. Estará em cima de nós essa responsabilidade. Mas, também olha para a emergência nas infraestruturas públicas. Temos uma Ecopista que importa requalificar, por isso vem um protocolo de delegação de competências com a CIM, para que esta entidade promova, com a nossa coordenação, essa reabilitação. Olha para a emergência nas infraestruturas municipais danificadas com os incêndios, que estimamos mais de 1 500 000€, entre elas rails de proteção. E olhará também para a estabilização de taludes e linhas de água assim que estejam aprovadas as candidaturas já feitas no âmbito do PDR.

Este é o orçamento que conjuga a emergência com o planeamento para o futuro.”

De seguida, o membro Jorge Henriques interveio. (anexo 5)

Seguidamente, continuou o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidentes da câmara, caros membros da assembleia, comunicação social.

Queria começar por dizer que a circunstância que se viveram em outubro afetaram todas estas questões e trouxeram dificuldades adicionais à preparação deste



plano de atividades e orçamento, para além de imporem algumas opções diretas, alias nesse aspeto saúdo o empenhamento municipal no acompanhamento que tem feito. Não houve nenhum incumprimento do regime, nestes documentos que são os mais complexos da gestão municipal, para chegassem na terça feira à noite. Para quem está fora da administração direta do município, é muito difícil fazer qualquer análise fundamentada e séria, sobre um documento destes, no espaço de tempo que ficou.

Não gosto de falar de cor, por isso o que vou fazer são algumas notas e referências que aliás fiz ao senhor presidente da câmara, quando nos convidou para uma reunião no âmbito do estatuto da oposição. Também lhe disse que seria mais produtivo para a reunião, as propostas do plano de atividades e orçamento, tal como sugere o Instituto Francisco Sá Carneiro de formação autárquica para essas audições. A reunião foi uma reunião cordial e amena, onde trocamos impressões muito genéricas e que pouco contribuiu para qualquer apreciação.

A titulo de pedido de esclarecimento, no relatório de orçamento fá-la-se em compromissos plurianais assumidos e segundo os valores que lá estão para 2018 projetam-se 4 071 797€, para 2019 há uma baixa significativa, passa para 2 419 754€ e para 2020 há novamente uma subida para 7 299 757€. Existe um grande aumento de 2019 para 2020. Suponho que envolve responsabilidade financeiras e amortizações, para além de outras questões que estejam assumidas. Para perceber melhor a dimensão que temos aqui, gostaria que o senhor presidente nos explicasse.

Em relação às questões gerais, quando ouço que o concelho de Tondela é o concelho com maior industrialização e capacidade técnica avançada que temos na região, fico muito satisfeito por isso. Acontece por várias situações que também tem a ver com a própria ação dos órgãos municipais. Reconheço que algumas características do concelho ajudam, algumas decisões que foram tomadas há muitos anos e estas questões vêm muito por arrastamento. A fixação de empresas com avanço técnico tem, também, a ver com o facto de já existirem outras. Mas é bom que se aposte.

Em relação ao ambiente, nas assembleias municipais de 2005 a 2009, houve uma proposta da câmara municipal para resolver problemas com grande investimento, á época disse ao presidente da câmara de então que estaria cá para lhe dar os parabéns se de facto conseguisse concretizar. Mas o que vejo no nosso ano de atividades, há um



*Cláudia*  
*R*  
*Jan*

conjunto de projetos no âmbito do saneamento alguns dos quais vêm de 2004 e continuam por concluir. Por que razão estes projetos se arrastam? No relatório de acompanhamento que o senhor presidente da câmara nos enviou, há uma menção de uma equipa de acompanhamento a esta situação por causa das cauções que estão pendentes. Não se sabe se estas obras estão concluídas, se são para terminar. Aparece obras novas, mas também há estas questões pendentes.

Como já tive oportunidade de dizer ao senhor presidente da câmara, em resultado dos incêndios, independentemente de algumas situações que estão a ser contratualizadas no âmbito da CIM, é preciso prevenir situações em que há responsabilidade do município e de outras entidades; volto a referir que as faixas de gestão de combustível ao longo das nossas vias municipais é de responsabilidade municipal. Isto necessita ser resolvido urgentemente e não é fácil. Necessita de haver ações que devem começar por uma campanha de sensibilização, utilizando vários métodos e associando entidades como a GNR, Instituto de Proteção Florestal com aproveitamento inclusive de órgãos de comunicação local que tenham algum impacto, para poder sensibilizar as pessoas. Mas, depois, é necessário avançar e quando não há possibilidade de notificar diretamente as pessoas, as câmaras têm a possibilidade de notificar por edital. Se não fazemos isto, coremos o risco de futuramente de ter uma situação semelhante a que aconteceu em Pedrogão. Ao longo do ano poderemos ir discutindo esta situação. Tivemos um problema complicado no aterro sanitário, se calhar porque não havia à volta a faixa de 100m que deveria existir. Temos parques industriais, por exemplo o do Lajedo, onde há uma empresa que têm uma plantação de eucaliptos, junto à empresa. Estas questões devem ser vistas. Gostaria que tudo isto fosse claramente clarificado.

Percebo que se queira fazer uma ligação que terá de ser bem pensada, entre o Lajedo e Tondela, mas há uma estrada que é estrada entre Campo de Besteiros e S. Miguel do Outeiro que tem uma ponte com um enorme movimento, atendendo que serve no final a zona industrial e tem um estreitamento que não é aceitável nos tempos de hoje. E, enquanto se faz nova ligação, acho que a câmara deveria dar prioridade à ponte da Tabuaça, para um alargamento ou para a sua reformulação.



Todos temos opções diferentes. Com certeza se o PS estivesse na câmara municipal teria opções diferentes, por isso é que estamos em democracia. De qualquer modo, reconhecemos que este executivo municipal é constituído a tempo inteiro por pessoas que ganharam as eleições, de forma clara, portanto têm o seu projeto. Damos o benefício da dúvida e nesse sentido abster-mos-emos nesta votação. Ao longo do ano, cá estaremos para ir acompanhando e para fazer propostas de recomendação que, do nosso ponto de vista, possa melhorar aquilo que possa ser a execução do plano e do orçamento, para melhor servir as populações do nosso concelho. Obrigado.”

O membro Paulo Albernaz interveio:

“Nas Grandes Opções do Plano e dentro das funções sociais do ensino não superior, na parceria que resulta entre a Câmara e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, concretamente nos projetos “Laboratórios Vivos”, “Academias das Artes” e “Mais saúde, mais sucesso”, gostava de saber como é que estes projetos foram construídos. Porque tendo compulsado, ainda que de forma enfiada, os planos de ação estratégica dos dois agrupamentos do concelho e feita nestes planos de ação estratégica, alguma deteção de alguns problemas que tem de ser ultrapassados, os caminhos sugeridos por este plano não estão compaginados com estes três projetos. Naturalmente que são meritórios e não está posta em causa a sua operacionalização. Gostaria de saber como é que todo este edifício foi construído, quem foi ouvido e como chegaram a estas conclusões. Muito obrigado.”

Continuaram os trabalhos, com a intervenção do membro Marta Coimbra, que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

Foi na última assembleia ordinária, de setembro deste ano que alertei aqui para a política de ambiente seguida pela CM de Tondela que, a julgar pelo aspeto e odor das águas dos rios do nosso concelho é de longe a mais adequada, o que revela que ocorrem descargas nestes cursos de água e que a situação está descontrolada. Como se sabe, as



Cláudia  
PA  
Bom

principais fontes de poluição da água são as descargas de esgoto bruto e efluentes de indústrias e explorações agrícolas.

O Partido Socialista tem consciência da falta de mecanismos e de meios para penalizar os poluidores dos rios, mas defendemos mais controlo e dureza por parte das autoridades competentes e a alocação de meios, evitando a impunidade nos atentados ecológicos. A vontade do Partido Socialista de Tondela e certamente da maioria dos municípios é ver esta situação de poluição controlada, mas para isso é preciso que a autarquia na pessoa do Sr. Presidente, assuma estes constrangimentos, mas acima de tudo que se altere esta realidade. O ambiente é um assunto muito sério e a poluição da água é muito prejudicial aos seres humanos, animais e a toda a vida. Os efeitos podem ser catastróficos, dependendo do tipo de produtos químicos, das concentrações de poluentes e do tipo de poluição.

Acreditamos que há uma intenção da autarquia em mudar esta realidade, pois verificámos que no Orçamento existem rubricas consideráveis alocadas à construção e requalificação de Etars, saneamento e rede de águas.

Sabemos também que a vontade que este concelho seja líder em termos industriais é muito grande, refletida no orçamento aqui apresentado. Mas também sabemos que o desenvolvimento industrial desmedido sem olhar a meios para atingir fins traz muitos dissabores, no que diz respeito às políticas ambientais.

Desta forma, é preciso uma garantia do Sr. Presidente que os sistemas de tratamento de águas residuais do concelho e as emissões de efluentes, apesar de alguns equipamentos obsoletos, estejam neste momento dentro de parâmetros que garantam um bom estado ecológico no concelho. Se há equipamentos que não estão a funcionar, se existem constrangimentos no funcionamento de equipamentos novos é preciso agir rapidamente. Fazendo o controlo analítico respeitante às águas residuais, controlando a conformidade legal resultante das licenças de descarga das ETAR para as linhas de água em tempo real.

Não podemos permitir que seja a própria autarquia, um dos maiores causadores do mau estado das águas dos nossos rios. É também crucial e urgente aplicar penas e



multas duras às indústrias e explorações agrícolas que continuam a poluir a água, e até em última consequência, retirar a licença de descarga em meio hídrico.

A sua máxima *Tondela Região de Bem-Estar* tem de ter como base a estruturação urbana do território feita de forma eficiente e equilibrada, respeitando o Ambiente e a Natureza, pois são condições fundamentais para a sua sustentabilidade e para a qualidade de vida dos seus habitantes! Esperamos que este orçamento seja um orçamento de mudança no que diz respeito às políticas ambientais, que cumpra efetivamente estes compromissos pois urge mudar a realidade!”

De seguida, o membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

“O orçamento apresentado para o ano de 2018 é de facto um orçamento bem estruturado, bem diversificado e infelizmente, pelo motivo do incêndio de outubro, muito virado para ele mesmo.

Todos nós sabemos que os incêndios foram há cerca de dois meses. Não houve tempo para fazer tudo, o concelho é muito grande. Mas, nalgumas estradas do concelho, está a surgir um novo perigo que a curto ou médio prazo pode provocar situações muito graves, que são as árvores ardidas junto as estradas, podendo cair, principalmente, com o aparecimento das chuvas de inverno. Em Tábua, por exemplo, foram criadas faixa de proteção com grande dimensão, para evitar a queda de árvores. Não sei, se em Tondela, é possível fazer o mesmo. Sei que não há pessoal suficiente para combater tal desiderato, todavia penso que se deveria apelar um pouco aos senhores presidentes de junta e incentivar as populações para que colaborassem neste tipo de serviços.

A EN 2, entre Tondela e Santa Comba Dão, está uma lástima. Em dias com pouca visibilidade, está sujeito a ter um acidente, atendendo que a sinalização horizontal desapareceu. Apela à Câmara para verificar a situação.”

O membro Cristiana Ferreira continuou:

“Apenas uma reflexão que tem a ver com a problemática dos incêndios e com a preocupação manifestada a propósito das faixas de proteção. Julgo que não podemos ignorar que a temática do planeamento florestal impõe uma discussão séria esgotando alguns problemas que os antecedem. Na CIM, foi solicitado pelo grupo do PSD, provavelmente sob a forma de assembleia extraordinária, até ao dia 15 de março, para



*Caril*  
*R*  
*Jos*

que houvesse envolvimento e reflexão de qual o ponto de situação e qual o avanço que o governo possa ter feito, através das iniciativas que possa tomar sobre esta matéria. Depois de 15 de março, não podemos imputar um conjunto de responsabilidades que naturalmente as autarquias não ignoram e são da sua responsabilidade, sem que antes se faça um ponto de situação para que também as responsabilidades do governo sejam feitas a título de balanço e de ponto de situação desta temática. Todos temos consciência da responsabilidade e resposta até 15 de março. Mas, tem de haver respostas dadas com muita clareza às autarquias. Há cadastro? Há levantamentos?”

O presidente da mesa da assembleia dirigiu a palavra para o senhor presidente da câmara que respondeu:

“Diariamente queremos sempre conquistar a confiança pela razão e pela convicção dos nossos argumentos. Com o mesmo sentido de humildade, procuramos debater, confrontar, mostrar a razoabilidade dos nossos argumentos e por acreditar que em democracia se escolhem as melhores opções, elas sejam produzidas por nós. De facto, esta é a essência da democracia. Não há nenhuma obra, em rede de saneamento, de 2004. Há sim, desde 1976 trabalhos de manutenção e de conservação. São manutenções correntes. Em termos de investimento, no domínio do ambiente, de todas as obras que aqui estão refletidas, a que cá está há mais tempo, projeta-se a 2009 e é a da elevatória de Santa Eulalia, em Campo de Besteiros, que, por várias razões, tem sido adiada. Todas as demais são de 2014 para a frente.

Sempre que se faz um orçamento, projeta-se para os dois anos seguintes os compromissos e depois são todos agregados no ano “n-3 e seguintes”. A projeção de 7, 3 que está para 2020, foi porque ainda não foi desagregado para anos seguintes. Provavelmente foi um valor que advém de 2016 e que não teve desagregação. Não temos nenhum empréstimo que acabe em 2020, com uma carga de 30% do valor de mesmo.

Não podemos estar mais de acordo com algumas questões aqui referidas, mas temos de ver onde caem as responsabilidades. De facto, a zona Industrial do Lajedo tem uma área de plantação encostada à própria unidade industrial, que teve o cuidado de colocar uma placa a dizer que estava licenciada e sabemos quem licencia. Isso quer dizer que há uma ordem de valores que tem de ser refletida. Isto não é uma matéria que



*Cláudio*  
*R*  
*João*

se resolva num dia, mas implica uma mudança de pensamentos estratégico. Não posso concordar que uma entidade que não depende do município, ICNF em concreto, licencie operações de rearborezações nestas condições e que depois sejam os municípios chamados, porque não foi feita uma faixa de gestão de combustível envolvente à Zona Industrial. A faixa de gestão de combustível não quer dizer que deve estar sem árvores, deve é garantir afastamento de copas, espaçamento entre pés, entre outros cuidados. É obvio, que isto implicará que haja uma nova ordem de valores. Como não me parece que seja desejável que se diga que as câmaras têm, há 12 anos, instrumentos para resolver o assunto e que é se até ao dia 15 de cada ano não estiver feita a limpeza de caminhos das zonas industriais, de áreas de circulação, as câmaras que resolvam. Mas para tal é necessário o cadastro para se saber quem são os proprietários.

Não aceito que os bombeiros voluntários sejam o bode expiatório desta questão, como não aceito que as autarquias venham a ser bode expiatórias, em 2018, perante catástrofes. Temos de resolver problemas, mas temos de começar pela essência. Onde estão os planos estratégicos de gestão de ordenamento florestal? É necessário saber que plano queremos! Não basta dizer que vamos alugar aviões. Quando se fala em aviões, já se está a pensar no combate, quer dizer que algo falha. Quando se combate é porque não se planeou a proteção.

Em relação às duas zonas industriais, assumo que nós teremos uma ação diligente para que venhamos a garantir as zonas de proteção. No caso da zona industrial do Lajedo já foram adquiridos terrenos excedentes para garantir a zona de proteção e estamos igualmente a adquirir terrenos na zona industrial de Adiça, Tondela, para o mesmo fim. Agora, quando falamos em 700 km de estrada e tivermos de garantir 10 m de faixa de proteção, em todo o seu perímetro, não posso assumir uma responsabilidade para a qual não tenho meios, nem instrumentos legais que me permitam resolver o problema, mas quero ajudar a resolver.

No incêndio de outubro fazer um paralelismo com o aterro sanitário, não me parece correto. Tivemos casas em núcleos urbanos que foram consumidas pelas chamas com projeções. Não é só a inexistência das faixas de proteção que resolvem o problema. Temos de criar o coroamento à volta dos aglomerados urbanos. Precisamos, por exemplo, de saber qual é a opinião do governo em relação às forças de proteção e de



segurança. Se bem se lembram, nos dias imediatos à catástrofe, um ministro disse que iríamos ter forças de bombeiros profissionais. No outro dia, outro disse que talvez não fosse bem assim que se teria de ver como se poderia fazer. Sem fazer nenhuma crítica partidária, mas é uma mera constatação de um cidadão que é presidente de câmara, para que se defina qual a estratégia que temos de seguir que modelo de floresta queremos. Temos de ter noção que ninguém vai investir na floresta se ela não for rentável. Julgo que o país exige de todos o contributo para essas soluções. Aquilo que se avizinha, para após 15 de março, é colocar o ónus em cima dos 308 municípios, o que não aceito. Porque, é desviar o problema.

Ponte da Tabuaça, fará parte do projeto de requalificação e das acessibilidades.

Deputado Paulo Albernaz, os pactos de desenvolvimento territorial foram desenhados em 2012/2013/2014. Este pacto da CIM Viseu Dão Lafões foi estabilizado em 2015. Previa na medida da promoção do sucesso educativo a criação de instrumentos favorecedores do ensino, em particular das ciências experimentais. Os três projetos referidos foram desenhados em articulação com os agrupamentos. O que o atual governo fez foi criar um professor pivô que, de alguma forma, é o responsável para criar a interação destes projetos. Definiram-se as metodologias e entre os serviços de cada agrupamento e os serviços de educação do município foram desenhados, estabilizados e incorporaram o plano de ação e o plano de atividades dos agrupamentos e estão projetados neste momento para o ano de 2018 e 2019. Ainda virá uma segunda ronda de projetos para 2020/2021.

Deputada Marta Franco, estamos todos de acordo, com políticas de ambiente com mais controlo e meios para agir sobre poluidores. Mas quando temos descargas como tivemos recentemente em duas unidades de verificação em que está documentado e demonstrado, começamos a ter problemas que não conseguimos controlar. Sempre que o efluente não tem os parâmetros necessários, há sempre a última hipótese que é a rejeição de descarga em coletores de domínio municipal. Mas de facto, temos de trabalhar nessa situação.

No atual quadro das políticas do governo, municípios isolados não se podem candidatar a financiamento comunitário para redes de água e saneamento. O último concurso que foi aberto foi em 2016, a que concorreremos e onde colocamos entre outras



obras a ETAR da ZIM do Lajedo, a rede de água e saneamento ao Caramulo, saneamento em Molelinhos, saneamento a Valverde, a ligação de saneamento a Fial/Caparrosinha/Caparrosa e a ligação de saneamento de Carvalho de Mouraz a Couço. Estas obras têm financiamento comunitário, porque as colocamos em tempo útil no aviso que foi proporcionado para candidaturas. Sem falar em alguns falsos anúncios, que só faltou dizer qual era o município que estava a ser convidado.

O que está neste momento nas políticas do ambiente é que os municípios se possam agregar. Sistemas que não estejam agregados e que não tenham uma população que ronde os 100 000 habitantes não se podem candidatar a obras na rede de água e na rede de saneamento. Neste momento, temos em carteira o projeto da ETAR de Molelos, com um valor de investimento de cerca de um milhão de euros. Todas as que vamos desenhar projetos, como é caso de água a Litrela, Penedo, ETAR do Caramulo, Múceres /Cortiçada/Barreiro de Besteiros, o grande sistema de Lobão, nenhuma destas obras tem financiamento comunitário neste momento. Vamos fazer os projetos e teremos de ter opções: não ter financiamento comunitário, ou as regras do ministério são alteradas, para que possamos fazer candidatura ao POSEUR ou haver convite dirigido a território de baixa densidade, com menos de 30 000 habitantes ou temos de nos agregar a outros sistemas criando um sistema intermunicipal de natureza pública. Neste momento, é bom dizê-lo há por questões ideológicas e de princípios a impossibilidade de se candidatar a sistemas que não estejam agregados.

Agradecemos o voto de confiança, em particular da bancada que sustenta o município, porque de facto é um orçamento ambicioso, ponderado, equilibrado e que acima de tudo procura contabilizar a emergência com a visão estratégica. Muito obrigado.”

Colocado à votação a proposta das Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2018, foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marisa Fernandes.

Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes,



*Clair*  
*R*  
*B*

Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

O membro Rui Santos entregou declaração de voto, que se transcreve:

“Os eleitos pelo PS para Assembleia Municipal de Tondela em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Tondela para o ano de 2018 abstiveram-se na sua votação tendo em conta:

a) Que reconhecemos ter a tragédia dos incêndios florestais do fim de semana de 15 de Outubro tido um enorme impacto no nosso Concelho e que esse impacto exigiu e exige um empenho essencial dos responsáveis executivos camarários na resposta aos problemas deles decorrentes que terá influenciado negativamente e atrasado a elaboração do documento que nos foi apresentado. Documento que na nossa opinião poderia e deveria ser aperfeiçoado e prever outras opções, nomeadamente na área do saneamento básico em que se continua com um conjunto de projetos plurianuais sem atividade há longos anos e com a apresentação de um planeamento de medidas de prevenção contra os fogos florestais mais precisas e definidas;

b) Que tendo o documento sido enviado aos membros da Assembleia no termo do prazo previsto no seu Regimento, provavelmente pelas razões já acima apontadas, as 48h que tivemos para a sua apreciação são manifestamente insuficientes para uma apreciação aprofundada, cuidada e rigorosa do mesmo, sobretudo quando não se está em contacto permanente com a gestão diária e na posse da informação que os serviços municipais dispõem;

c) Que a audição prévia no âmbito dos direitos consignados no Estatuto da Oposição, sem ter a proposta do documento presente, se resumiu a uma amena e simpática conversa sobre pouco mais que generalidades relativas ao mesmo, não dando por isso para obter qualquer contributo significativo para uma apreciação mais fundamentada das GOP's e Orçamento;

d) Que estamos no início de um novo ciclo autárquico, pelo que entendemos que deve ser dado o benefício da dúvida a quem ganhou as eleições.



Deixamos, porém, aqui expresso que iremos acompanhar com todo o empenho a execução do Plano e do Orçamento e que, ao longo do ano, iremos a par do exercício das funções de acompanhamento e fiscalização que nos cabem como membros desta Assembleia exercer o nosso papel de oposição construtiva, propondo ações e soluções que nos pareçam melhorar a execução do Plano e Orçamento e dar resposta mais adequada às necessidades do Concelho de Tondela e dos nossos munícipes.”

### **2.3 Análise, discussão e votação da 4ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Esta revisão ao orçamento e as grandes opções do plano tem muito a ver com a reação necessária a situação de emergência. São introduzidos projetos que não existiam, nomeadamente no domínio das infraestruturas, vias, pós incêndio, no caso concreto do fundo de emergência municipal, que esperamos que rapidamente esteja disponibilizado. É aberta a requalificação das infraestruturas em equipamentos e também está aberto no plano de apoio às habitações permanentes, as transferências correntes para as famílias, bem como para a reabilitação das habitações permanentes. Os demais são ajustamentos que foram feitos em função da evolução orçamental e do grau de materialização.”

Não havendo intervenções, o presidente da mesa da assembleia colocou à votação a Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017 que foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.



**2.9. Análise, discussão e votação dos Acordos de Execução a celebrar entre o Município de Tondela e as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do Concelho**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Os contratos interadministrativos /acordos de execução são validos, de acordo com o princípio da lei, pelo mandato do ciclo autárquico. Deste modo, é nosso entendimento que se o mandato acabou em outubro de 2017, faltaria alguma legitimidade, para que no ultimo trimestre deste ano e que é também o primeiro trimestre deste ciclo autárquico, ainda vigorassem os acordos de execução anteriores. Por essa mesma razão, reunimos com todos os senhores presidentes de junta no sentido de explicar qual era o entendimento sobre esta matéria. Estes acordos de execução vigoram no 4º trimestre de 2017, 2018,2019, 2020 e 3 trimestres de 2021.

Procurou-se adequar o quadro destas competências em função das questões que são mais nucleares: pequenas manutenções e conservações de edifícios escolares, havendo a possibilidade de anualmente ser ajustados em função da população escolar; manutenção de caminhos e espaços florestais; manutenção de espaços verdes. Em cada caso haverá o devido enquadramento e negociação entre o respetivo presidente de junta e a câmara municipal, no âmbito das competências delegadas, na senhora vereadora Eng<sup>a</sup> Carla Antunes. Pelo que o que vem hoje perante vós é a possibilidade de, enquanto órgão deliberativo, serem aprovados estes acordos de execução. Em paralelo as respetivas juntas e assembleias de freguesias também estão a desenvolver as respetivas aprovações. E, é nosso propósito no dia 27, terem os documentos devidos de aprovação e os serviços estarão preparados para efetuarem o pagamento da tranche de 2017. “

O membro Paulo Albernaz interveio:

“Vamos votar favoravelmente os acordos, partindo do princípio que os senhores presidentes de junta fizeram uma análise criteriosa e exigente com o executivo municipal. Muito obrigado.”

Seguidamente, interveio o membro Agnelo Laranjeira:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas membros desta assembleia, comunicação social, público presente.



É só para manifestar o nosso reconhecimento e a importância destes acordos financeiros para as juntas de freguesia. Refletem políticas de alguma proximidade, refletem a promoção do serviço público mais justo e mais equilibrado. Foi reforçada a verba para este ano, embora nós todos, presidentes de junta, achemos que estas verbas são sempre parcas. O nosso obrigado.”

Colocados à votação os acordos de execução, foram aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

#### **2.10 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o CIM Viseu Dão Lafões, o Município de Viseu, o Município de Tondela e o Município de Santa Comba Dão**

Como é usual no início dos pontos da agenda, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal passou a palavra ao senhor presidente da câmara municipal:

“Como é sabido a Ecopista do Dão foi construída há 6 anos, tendo na altura sido efetuado um consórcio de municípios, liderados pelo município de Viseu, à luz do qual foi construída a ecopista. Está construída num corredor propriedade das Instruturas de Portugal. Existe um comodato e com base nele foi edificada a ecopista. Desde esse período para cá, anualmente é celebrado um protocolo de delegação de competências entre os 3 municípios e a CIM à luz do qual a manutenção, a gestão e a promoção da ecopista é feita pela CIM. Com os incêndios de outubro, verificou-se que, no concelho de Viseu, não há nenhum dano na ecopista, resultante do incêndio. No concelho de Tondela, desde o km 18,5 até à zona de Sabugosa, não há praticamente danos evidentes,



mas daí até ao limite do concelho, sentido Santa Comba Dão, em praticamente 11km, temos a ecopista destruída. Guardas de proteção de madeira todas destruídas pelo fogo, tal como os equipamentos, toda a pintura está danificada e em alguns locais onde havia empolamentos devido a raízes e, com o fogo, o piso ficou ainda mais danificado. Feita uma 1ª avaliação, conclui-se que os danos que atingem os concelhos de Tondela e Santa Comba Dão rondam os 850 000€, dos quais cerca de 550 000€ são no nosso concelho. Perante isto, existia duas opções: cada município por si fazia a respetiva candidatura ao fundo de emergência para a reabilitação ou havendo já um lastro de ação intermunicipal na manutenção, conservação e gestão teria sentido para dar qualificação à candidatura que ela fosse presente de forma única. Havendo uma única candidatura, ou se fazia um consórcio de municípios e um deles candidata a candidatura ou se transferia para a CIM, sendo esta a nossa opção, a responsabilidade da candidatura e da gestão. É isto que aqui vem para análise. Necessitamos de colocar esta obra com urgência no terreno. Esperamos que o fundo de emergência municipal possa dar resposta.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Nós iremos votar, obviamente, a favor.

Mas venho aqui por outra razão: a existir o acordo para limpeza e conservação da ecopista com a CIM e havendo uma contratualização os trabalhos deixavam muito a desejar. As ervas, a drenagem lateral estava muitas vezes obstruída, o que ajuda também a danificar. Acho que as câmaras devem lembrar que deve haver uma verificação dos trabalhos, da mesma forma que agora também lembrarei os responsáveis para estas situações.”

O senhor presidente da câmara respondeu dizendo que manditou o senhor chefe de gabinete a acompanhar este processo, para a necessidade de fiscalização que é precisa nesta via.



Colocado à votação, o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

#### **2.11. Análise, discussão e votação de colocação de sinalização**

O senhor presidente da câmara interveio dizendo que se tratava de propostas que emergem da respetiva freguesia e no âmbito das competências da assembleia era proposto para deliberação.

Não havendo intervenções, foi a proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho.

#### **2.12. Análise, discussão e votação da Declaração de interesse público municipal de exploração avícola**

O senhor presidente da câmara informou que se tratava de processo de regularização ao abrigo do Decreto-Lei 165/2014 de 5 de novembro.



*Almeida*  
*Rui Santos*  
*Simões*

Não havendo intervenções, a declaração de interesse pública foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Agnelo Laranjeira, Carlos José Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Carvalho

**2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

O senhor presidente da câmara procedeu à explicação em imagens das atividades da câmara, decorridas entre setembro e dezembro de 2017. Apresentou o relatório de atividades e financeiro, que se anexam com o número 6.

O membro José Manuel Mendes interveio. (anexo 7)

Seguidamente, interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

A primeira proposta pública partidária de elevação de Tondela a cidade foi feita por mim. Não quer dizer que foi por a ter feito que Tondela passou a cidade. Houve discussão, originando acordo entre os grupos parlamentares do distrito de Viseu, tendo de seguida sido negociado com Mangualde. Bem que Mangualde tenha sido elevado primeiro a cidade, porque havia um programa de definição de número de habitantes. Tondela só passou cerca de seis meses depois.

Saúdo o facto de termos recebido um relatório de acompanhamento e que me parece que quem o faz, o faz como deve se um relatório de acompanhamento. É evidente que são referidas um conjunto de normas de execução orçamental, que vinha



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

anexas ao orçamento. O que acho correto. Nesse relatório fazem-se referências a algumas questões que não estão de acordo com o regulamento. Mas sobretudo levanta duas questões, que gostaria que o senhor presidente da câmara me esclarecesse. Uma é a situação referente à Tondelviva. No relatório é mencionado que houve uma assembleia que foi nula, tendo havido de seguida outra. Pelo que parece as empresas societárias estão com dificuldades financeiras. Qual é a situação e que riscos podem advir daí, nomeadamente em termos de impactos no equilíbrio financeiro da câmara? Em relação à recomendação feita à câmara para que as obras efetuadas no estádio João Cardoso passem a ser ativos da câmara, gostaria que me clarificasse a situação.

Por fim, em relação à empresa alemã Eberspacher, na tomada de posse referi que qualquer dia vinham os elétricos e isso não tem nada a ver com que a empresa não funcione. Fiz um alerta, porque o problema não é só este, há mutações tecnológicas que vêm que podem provocar alterações que não conseguimos prever sequer nas nossas vidas. Há uma alternativa a seguir, isso é que deve ser encontrada e deve ser preparada.

Sou um defensor do estado laico, mas devo dizer que tenho o máximo respeito por quem tem as suas confissões religiosas, que considero do foro individual de cada. Nas minhas responsabilidades profissionais, quem trabalhou comigo, nomeadamente os professores de educação moral e religiosa poderão atestar que tendo nós muitas divergências de posição sobre isso, no resto o respeito era absoluto pela liberdade individual de cada um. Esses remoques são interessantes às vezes para fazerem número, mas comigo são difíceis de pegar.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Duas notas, a primeira para reconhecer o sentido de justiça da intervenção quer do deputado José Manuel, quer do deputado Rui Santos. Quando se reconhece e se elogia quem faz bem e se esforça, nunca se perde a autenticidade. Todos nós assumimos, e eu enquanto primeiro responsável, que esta é de facto a maior preocupação que temos no pós-incêndios. Compreendo que haja um ou outro presidente de junta que possa estar mais descontente neste início de mandato, porque gostaria de estar a fazer alguma obra, mas temos de ser todos solidários e perceber que praticamente 2/3 do concelho foram percorridos pelo incêndio e é aí que estão as nossas prioridades nesta fase.



Clay  
D  
Bm

Sobre a questão do relatório de execução orçamental, temos um ROC que produz dois relatórios anuais. Este que vos foi presente para conhecimento, corresponde ao ultimo semestre. Numa das matérias, não há muito enquadramento de ser considerado ativo da câmara. É algo que não está no seu perímetro de património.

Sobre as mutações tecnológicas, nós percebemo-las. Mas são as próprias empresas que estão sempre na origem dessas mutações tecnológicas. Se for liderante, terei sempre capacidade de reencontrar soluções para aquilo que são os problemas que a sociedade me coloca. Veja-se o caso da Huf Portuguesa, que está aqui há 25 anos. Há 25 anos, quem é que pensaria sistemas digitais de entradas em carros. E não foi isso que fez fechar a Huf Portuguesa. O que é importante é saber se as nossas empresas têm ou não inovação e desenvolvimento, conhecimento tecnológico e se estão ou não na vanguarda. O que identifico, é que na área do sector automóvel, fomos, principalmente os empresários, capazes de superar o período crítico de 2009 a 2013, onde se viam muitas deslocalizações do país. Enquanto, que estas ficaram no concelho. Tornando-se mais resilientes, mais competitivas. Julgo que será uma satisfação para todos, saber que por exemplo a Huf Portuguesa este ano vai atingir o maior patamar de faturação de sempre. Isso quer dizer, que estou muito confiante no nosso sector empresarial e em particular no cluster automóvel. Porque as transformações que venham a ocorrer, surgem dentro das empresas e são elas as primeiras a quererem adaptar-se para essa transformação.

Tondelviva: como é sabido tem um processo que surgiu inicialmente para fazer obras e a partir daí a sua estrutura acionista está esvaziada de outras atividades que não sejam as meras formalidades. Receber de um lado rendas, pagar do outro lado à banca e satisfazer os seus compromissos fiscais para com o Estado. Como é sabido, também, no final do mandato anterior iniciamos um processo de renegociação dos valores dessas rendas, que representaram uma poupança anual de cerca de 150 000€, por reajustamento de competências e funções. Alguns dos equipamentos passaram a ter a manutenção direta do município e nessa ótica desoneramos os valores das rendas. Também conseqüente ao ciclo autárquico, houve algumas alterações na estrutura da Tondelviva que serão solucionadas brevemente, isto é o presidente do conselho de administração por ter deixado de pertencer ao executivo municipal, legitimamente solicitou que fosse



dispensado dessa função, o que quer dizer que a assembleia de acionistas incluindo o município terão agora que encontrar uma solução que será fácil, já que o que estará em causa é a observância dos requisitos formais e legais para regularizar a atividade desta entidade.

De facto, em 2017, entendi que não foi formalmente convocado o presidente da câmara para estar presente na assembleia. Razão pela qual a câmara municipal solicitou, por clareza de princípio, que fosse considerada nula essa assembleia e que se venha a regularizar a aprovação de contas. A existência de prejuízo no exercício dessa atividade desse ano económico, teria de ser acomodado na devida percentagem, porque é uma empresa participada pelo município, logo todo o seu movimento financeiro consolida também nas contas do município. Quando, em abril, apresentamos a prestação de contas, não tínhamos esses resultados projetados, porque não eram conhecidos, não me pareciam correto que após a nossa assembleia de abril, viéssemos a acomodar resultados de participada que não estavam refletidos. No arranque do ano, iremos reunir os sócios, não deixando de reconhecer que dois deles estão em situação de insolvência. Com os nossos consultores jurídicos e financeiros equacionamos sempre os diferentes cenários e projetamo-los antes de eles acontecerem. Estamos a acompanhar todo este evoluir com serenidade. Muito obrigado.”

### **2.13. Outros assuntos de interesse para o Concelho**

O membro Vera Machado tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados, Comunicação Social,

Neste ponto reservado para outros assuntos de interesse para o concelho, venho propor a esta assembleia municipal e ao executivo uma reflexão sobre uma área que, entendo que deve ser potenciada e estimulada. Parece-me que devemos olhar para a nossa comunidade de emigrantes enquanto oportunidade, aproveitando o seu caráter



Cleu  
R  
Bso

diferenciador, a sua massa crítica, a sua interculturalidade e sobretudo a sua ligação emocional ao território.

A diáspora portuguesa representa hoje mais de 5 milhões de portugueses, sendo uma percentagem relevante originais do Concelho de Tondela.

Perante esta realidade de números, é indispensável que o poder autárquico olhe para as comunidades numa ótica de reconhecimento, promovendo iniciativas e uma colaboração mais estreita.

A Câmara Municipal de Tondela dispõe de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, cujo papel é de extrema relevância, na medida em que se trata de um elemento facilitador e um elo de ligação à comunidade natal. No entanto, parece-me que não chega, penso que devemos ir mais longe, temos a responsabilidade de aproveitar a especificidade e a diversidade destes tondelenses para o projeto de desenvolvimento do território.

Por um lado, deverá haver uma preocupação em facilitar e incrementar a ligação destes portugueses residentes às entidades públicas locais, em particular com Câmara Municipal, podendo estas acontecerem através de um ou dois encontros anuais, potenciando o exercício da cidadania e da solidariedade, bem como fomentando o empreendedorismo e a internacionalização.

A cultura, as artes e as memórias genuinamente nossas devem ser mantidas vivas, podendo estas ser intensificadas através do movimento associativo existente noutros pontos do globo.

E deixo por isso aqui o desafio para que o próximo seminário direcionado para as associações inclua instituições localizadas noutros países, bem como preletores especialistas nesta temática.

Outro dos vetores relativos à Diáspora e que me parece essencial para um concelho como Tondela que tem como máxima a captação de investimento, é a aposta no empreendedorismo, na criação de riqueza e na internacionalização.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 22-12-2017

Penso ser extremamente relevante ponderarmos em conjunto sobre uma plataforma, um concílio, ou qualquer outro instrumento ou designação que permita identificar, apoiar e facilitar os micro ou pequenos investimentos com origem nas Comunidades Portuguesas e/ou Luso-descendentes dirigido ao nosso concelho.

E teremos que ir mais longe.

Teremos que aproveitar todo o potencial do tecido económico concelhio, e em conjunto com os nossos emigrantes alavancar projetos e iniciativas de internacionalização de empresas de base local.

Para terminar, e reforçando a ideia principal da minha intervenção, penso que o desafio para essa aproximação e conjugação de forças deve ser intensificado, pois tão importante como as oportunidades que esta parceria estratégica pode trazer do ponto de vista económico para o território, é o garante da pertença à nossa tão genuína identidade, e a certeza que a nossa cultura local se manterá como elemento vivo na nossa comunidade.”

**3-Período aberto ao Público.**

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, desejando boas festas. Foi lavrada a presente ata.

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: Isabel Sousa

O 2º Secretário: Ilídio Dias



02001

Cláudio  
J.R.  
Am

**Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela**

### **Voto de Congratulação**

O Eurogrupo, é uma reunião mensal e informal dos Ministros das Finanças dos Estados-Membros da Zona Euro, países cuja moeda oficial é o Euro, e visa fundamentalmente a coordenação da política económica dos mesmos. A recente eleição do Dr. Mário Centeno para a presidência do mesmo, constitui um facto que prestigia o País.

Nesse sentido, o Grupo parlamentar do PSD, propõe a esta Assembleia que aprove um voto de congratulação pela eleição do Dr. Mário Centeno, como Presidente do referido Eurogrupo.

Tondela, 22 de Dezembro de 2017

O Grupo Parlamentar do PSD



O ano 2  
C  
R  
L

**Grupo parlamentar PSD**

**Assembleia Municipal de Tondela**

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo.  
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores  
Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores.**

O final do ano de 2017 aproxima-se a passos largos e com ele um novo ano.

Para as calendas ficará como o ano dos grandes incêndios e das mortes trágicas e inusitadas que ainda nos comovem e perturbam.

Nada que se conseguisse prever há um ano, o que não pode deixar de nos inquietar de sobremaneira sobretudo a quem tem responsabilidades políticas.

Foi sem dúvida um ano em que vivemos o inesperado muito mau e o ainda assim o inesperado bom nalguns domínios.

Entre “o mais baixo défice público da democracia” e a nomeação de Mário Centeno para o Euro grupo ficam os mais de cem mortos nas tragédias dos incêndios que nos expuseram e colocaram a nu as nossas fragilidades, nomeadamente, deste governo e da sua liderança.

O primeiro-ministro revelou uma enorme capacidade em passar incólume pelos piores acontecimentos. Habilidade em passar entre as “pingas da chuva”, desaparece no auge das más notícias, aparecendo apenas quando é mínima a possibilidade de existirem mais surpresas sobre o mesmo tema. Foi assim com os incêndios, foi assim com Tancos, foi assim com a Raríssimas e assim será. E por isso adjetivar o ano como “saboroso” é mais do mesmo, de um Primeiro-ministro que vê na superficialidade dos bons acontecimentos um antídoto e uma escapatória às suas verdadeiras responsabilidades.

A economia cresceu, o emprego subiu e o rendimento aumentou. Portugal está na moda, nomeadamente, no turismo, já ganhámos a eurovisão e o campeonato da europa de futebol só nos falta mesmo ganhar um Óscar em Hollywood!

Mas a quem se devem estes resultados? À geringonça?



O partido socialista não ganhou as eleições mas teve a sagacidade de engendrar uma solução governativa para ser poder.

Mas será que alguém acredita em que tenhamos saído do nosso terceiro procedimento por défices excessivos, em que duas das três grandes agências de 'rating' dizem que financiar o Estado português deixou de ser um investimento de risco especulativo e em que as taxas de juro da dívida pública no mercado secundário baixam para valores inferiores aos de Itália apenas e só pelo trabalho deste governo?

Não Senhor Primeiro ministro.

O seu aparente sucesso deve-se em muito ao PSD e ao Dr. Pedro Passos Coelho, quer goste quer não goste e este é um facto que não podemos deixar de registar e enaltecer e que não pode deixar de fazer parte de todo e qualquer balanço político sério e responsável que se possa fazer!

## VOTO DE PESAR – DR. JOÃO ALMIRO

No passado dia 28 de Setembro, Tondela foi abalada pela morte de um dos seus filhos mais querido e mais amado – o Dr. João Almiro. Tendo nascido em Canas de Santa Maria a 24 de Junho de 1926, João Almiro era reconhecido em todo o País como um homem bom e generoso, que abdicou de todos os bens materiais, para se dedicar com todo o coração a homens, mulheres e crianças que a sociedade rejeitava. Farmacêutico, empresário, autarca e filantropo, o Dr. João Almiro foi o criador da Fundação “Convívio Jovem” e do refúgio as “Andorinhas”, no Campo de Besteiros. Pese esta diversidade de atividades, cedo João Almiro começou a libertar-se de todas elas, para com a sua filantropia e humanidade, se dedicar exclusivamente aos problemas de pessoas com problemas de alcoolismo, droga, doenças graves, e muitos outros que ele procurava religiosamente por todo o País. João Almiro não era apenas um amigo dos seus progenitores, era um verdadeiro pai que a todos tratava com muito amor, muito carinho e muita dedicação. A sua vida para ele não existia, existia apenas a vida dos doutros. Por isso, a frase que o imortalizou “A morte não é um pesadelo, mas o momento de libertação e eu anseio por esse momento há muito tempo” traduz fielmente a enorme personalidade de que era dotado o Dr. João Almiro. Numa das últimas vezes que o visitei, e já se encontrava bastante mal, notava-se, que a grande preocupação dele, não era efetivamente a morte, mas a incerteza de quem seria o seu sucessor, nesta difícil arte de fazer o bem sem olhar a quem.

Tondela e o País, perderam uma pessoa impar, difícil de substituir e que estará presente para sempre nos nossos corações.

É a este HOMEM amigo, generoso, benemérito e altruísta, que apresento a esta Assembleia um voto se sentido pesar, pedindo ao mesmo tempo um minuto de silêncio em sua memória.

Clay  
Bo  
Q

Abil, 2004

# VOTO DE PESAR

00004

Clubs

O Grupo Parlamentar do PSD nesta Assembleia ~~votos pelo~~  
presente a apresentar o seu voto de pesar pelo  
recente falecimento do Senhor Horácio Rodrigues  
pessoa em grande sentido de merecimento de cidadania  
destacadamente enquanto dirigente associativo e  
autarca de relevo no concelho, tendo exercido as  
funções de Presidente da Junta e de Presidente da  
Junta de Assembleia de Freguesia durante vários anos,  
Sempre no máximo empenho e na defesa dos  
seus interesses dos seus fregueses.

1m de 22 de Dezembro de 2017

O Grupo Parlamentar do PSD

Juz. R. J.



**Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal**  
**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela**  
**Sra. e Senhores Vereadores**  
**Sras. e Srs. Membros da Mesa**  
**Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de**  
**Freguesia**  
**Caros Membros desta Assembleia**

O Orçamento aqui apresentado, surge naturalmente enquadrado pela dura realidade que o concelho viveu em Outubro do corrente ano e tem como desígnio natural a resolução das problemáticas associadas aquela catástrofe.

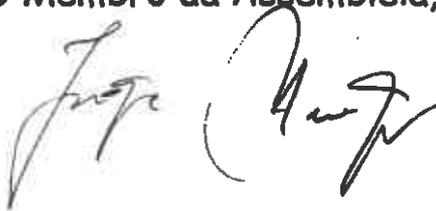
Mas do documento que agora nos foi apresentado, merece destaque a aposta evidente que faz nas áreas do acolhimento industrial, no ambiente e na educação. No âmbito empresarial, releva o investimento previsto de cerca de três milhões e meio de euros na ZIM` s, do concelho, particularmente no Lagedo e na Adiça, o que prova o empenho do executivo na criação de condições para a atracção de investimento e consequente criação de emprego e riqueza, consolidando o concelho em posição liderante na nossa região no que a esta matéria diz respeito.

Na área ambiental a aposta é efectiva, com uma previsão de gasto entre obras e projectos na ordem dos cinco milhões e meio de euros.

Por fim é manifesto o enfoque que é dado à educação, com investimento na reabilitação dos espaços escolares, com as verbas destinadas aos transportes escolares, às refeições escolares, à ação social escolar, ao projeto "regime da fruta escolar". Acresce, os valores suportados pela autarquia com múltiplos funcionários, designadamente tarefeiros, que apoiam e asseguram o normal funcionamento das escolas deste concelho.

O presente Orçamento, é pois a expressão da vontade do executivo camarário em continuar na construção de um território, desenvolvido, coeso e solidário, isto é, na construção de uma região de bem-estar.

O Membro da Assembleia,



## **Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela**

**(de 05 setembro a 15 de dezembro de 2017)**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**1.**

**O pós Incêndios de 15 e 16 de outubro, que percorreram quase 180 quilómetros quadrados do concelho de Tondela, absorveu grande parte das minhas atenções nas últimas semanas.**

**Os dados fechados até ao momento, mas que não são ainda definitivos, permitiram constatar que foram atingidas pelas chamas 219 primeiras habitações.**

**219 primeiras habitações num universo que ultrapassa as quatro centenas de habitações, sendo que algumas são segundas habitações e outras devolutas.**

**Estima-se que as intervenções – nas habitações próprias de uso permanente, possam rondar os 11 milhões de euros, embora este número só fique estabilizado depois das candidaturas aos apoios estarem todas entregues.**

**A par desta circunstância, são grandes os danos na atividade do setor primário, onde aproximadamente 2300 processos foram presentes para obtenção de apoio até ao valor disponível de 5000€, além de prejuízos brutais na floresta e no sector agropecuário, a que se juntam milhões de prejuízos na indústria, comércio e serviços. Centenas de viaturas, uma farmácia, aviários, vinhas, oficinas, armazéns e unidades industriais foram consumidos.**

**Tudo isto, não faz esquecer as três vítimas mortais de sucumbiram neste fogo.**

**Foi neste cenário de catástrofe, que iniciámos diferentes diligências, reunindo e promovendo contactos e sessões de trabalho:**

- Com o senhor Ministro do Planeamento e das infraestruturas**
- com os senhores secretários de Estado das Florestas, do Ambiente, do Turismo**
- com o senhor Presidente da República,**
- com o senhor Presidente do PSD**
- com o Grupo Parlamentar do PSD,**
- com o senhor presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação**
- com a Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, que acolhemos em reunião no nosso concelho**

- com a Cáritas, embaixadores dos EUA, Taiwan e uma Fundação de Taiwan
- com responsáveis da ERSAR
- com responsáveis da CCDRC
- Reunião com sr. Primeiro Ministro, Ministro Adjunto, Secretário de Estado da Internacionalização e presidente da AICEP

Foi precisamente com o intuito de acelerar este processo, de forma a que as pessoas possam voltar o mais depressa possível para as suas casas requalificadas, que, com os presidentes de junta e uniões de freguesia, estamos a trabalhar, já que devemos sensibilizar e esclarecer em relação ao preenchimento dos formulários que visam a solicitação de apoio à reconstrução das habitações permanentes atingidas pelos incêndios.

É objetivo do município que estas habitações sejam reabilitadas com a maior brevidade. Só em Dardavaz, foram 51, 40 na Lajeosa do Dão.

No que diz respeito à indústria, comércio e serviços, os danos atingem os 12 milhões de euros, enquanto que os prejuízos em infraestruturas municipais estão estimados em 1,5 milhões de euros.

Temos muitas estradas percorridas pelos incêndios, com as pinturas de sinalização horizontal danificadas e a sinalização vertical destruída.

Nas minhas preocupações, que fui partilhando publicamente, estive ainda sempre a questão do aterro sanitário, que foi duramente castigado pelas chamas.

Depois do alerta, o governo veio apoiar um investimento que inicialmente se previa de 4,1 milhões de euros (mas que será bem superior a 5 milhões de euros) para a sua recuperação.

3,8 milhões de euros serão financiados pelo PO SEUR, Fundo Ambiental e sistema de apoio à reposição da capacidade produtiva, cabendo à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) assegurar os valores restantes.

**E, para além deste vetor, impõe-se também o reforço do apoio aos pequenos agricultores.**

**No que diz respeito à atividade do setor primário, os recursos disponíveis são manifestamente insuficientes.**

**Devemos conduzir os apoios que nos sejam facultados nesta corrente solidária – se tal não for totalmente necessário para as primeiras habitações, tal como está a acontecer com a conta solidária do município e outros apoios que estão a surgir, precisamente para reforçar o apoio a estes pequenos agricultores. É essencial recuperar o potencial produtivo da atividade primária.**

**E tudo isto pode parecer que nada tem a ver com turismo, mas tem muito a ver, pois se não repusermos a atividade primária, o potencial ecológico e paisagístico terá um impacto brutal na desvalorização do nosso potencial turístico.**

**E não deixo de colocar o problema nuclear: Ordenamento do território e da floresta e, em particular, o poder de tutela nas operações de rearborização.**

**Impõe-se que esta seja uma oportunidade única que deve ser aproveitada para que se concretize a elaboração do cadastro; para que se implementem áreas de proteção urbana e florestal; para que se constituam os mosaicos florestais (com faixas de não arborização – cujo custo será assegurado pela rentabilidade das áreas envolventes que irão beneficiar dessa proteção futura); para que se defina o modelo de prevenção- tudo num quadro de sustentabilidade.**

**É bom que saibamos que ninguém investirá na floresta se esta não for rentável. E é possível este equilíbrio.**

**E este desafio não pode ser ignorado. É nossa obrigação manter presente esta visão e este problema.**

**2- A par desta agenda, acompanhamos e promovemos outras reuniões, que se sintetizam:**

**- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que se instalou está a funcionar e mantém a sua sede no nosso concelho, observando-se uma**

**presidência provisória, enquanto não é seja possível garantir uma eleição que – de acordo com a Lei -obtenha a maioria dos votos favoráveis dos presidentes de câmara e que esta votação, também, corresponda à maioria da população.**

**Participação no Congresso da associação Nacional de Municípios Portugueses, salientando-se o tema da descentralização ao serviço Portugueses.**

**De igual modo, merece relevância a permanência do município de Tondela – e do seu presidente – no Conselho Geral desta Instituição, o que constituiu uma voz de reforço da nossa região.**

**-reuniões com responsáveis das empresas Labesfal F-K, Eberspäecher, Gialmar, Brose, Floponor, farmácia da Lajeosa do Dão, Hotel do Caramulo, Farmácia do Campo de Besteiros, Edibest.**

**- reuniões da ADICES e da Tondelviva.**

**- reunião com o Inspetor Geral da ASAE, no âmbito da instalação de serviços desconcentrados destes serviços, que abriram uma delegação em Tondela, o que contribui para o reforço da importância regional do nosso concelho.**

**- reuniões com os senhores presidentes de Junta e Uniões de Freguesias.**

**- reuniões com o CDT e a ACERT.**

**- visitas às freguesias atingidas pelos incêndios – casas e empresas.**

**- visita de trabalho à ZIM do Lajedo e à ZIM da Adiça.**

**- visita às pavimentações em diferentes freguesias e á rede de saneamento do Caramulo.**

**- visitas às obras da Escola Secundária de Tondela.**

**- reunião com o presidente do Turismo do Centro.**

**- reuniões do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Belrão e Ferrovia. Importa salientar que neste órgão já ocorreram eleições, mantendo-se a composição (Câmaras) dos órgãos do último ciclo eleitoral.**

**-recepção ao rotary club**

**- reunião dos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro e do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido Figueiredo.**

**Apesar de toda esta nova agenda, importa também olhar atentamente para o arranque no ano letivo e as responsabilidades de que nós temos assumido, apesar de fazerem parte das obrigações do Estado.**

**No último ano letivo, o Município investiu cerca de 1,2 ME nesta área, para dar resposta à contratação de auxiliares para jardins de infância e 1º ciclo, para apoiar a generalização de refeições às crianças e implementar a oferta de fruta na escola, além dos custos com transportes escolares.**

**Das 50 auxiliares contratados para jardins de infância, 21 são financiados pelo Estado, representando os outros 29 uma despesa para o Município na ordem dos 415 mil euros.**

**No 1º ciclo, que não é da competência dos municípios, para que as escolas não ficassem impedidas de funcionar, assumimos a contratação de 19 auxiliares educativos, que exigem uma despesa de cerca de 104 mil euros.**

**Mais de meio milhão de euros do orçamento do município são alocados para pagar auxiliares que deveriam ser da responsabilidade do Estado, mas também em matéria de transportes o Município suporta encargos que não deveriam ser seus. Observe-se que a escolaridade foi tornada obrigatória até ao 12º ano, sem que o ministério subsidie na totalidade o transporte dos alunos.**

**Esta reforma, seja por via da descentralização, ou pela assunção de responsabilidades tem de ter a contrapartida financeira do estado.**

**Aguardamos para conhecer as posições políticas daqueles que se apressaram a desvirtuar, maldosamente, os projetos piloto de descentralização de competências.**

**Descentralizar não pode ser assumir responsabilidade que o estado de demite de satisfazer!**

*Caril*  
*Pa*  
*Jo*

**O Fundo Social Municipal transfere 140 mil euros, mas as despesas em transporte escolar são de quase 600 mil euros...**

**Ainda no domínio da pretensa descentralização, entre outras áreas, prevê-se a transferência para as autarquias e entidades intermunicipais de um conjunto de competências em áreas como a educação, saúde e ação social.**

**Estaremos perante uma descentralização de competências ou de delegação de problemas, sem financiamento adequado para a sua resolução?**

**Será uma mera passagem de testemunho ou estarão a ser preparadas ações específicas para a transferência de competências para as autarquias?**

**Estarão as autarquias condicionadas a acolher a transferência de competências, sem observar as suas especificidades e capacidade instalada?**

**Ainda se deve colocar nesta equação a necessidade de revisão da Lei das Finanças Locais, onde se impõe uma discriminação positiva para os territórios de baixa densidade.**

**Esperamos pela discussão que se impõe e pela responsabilidade pedida.**

**Tondela, 15 de outubro de 2017**

*Handwritten signature*

## SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

### 1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de novembro de 2017.

### 2. RECEITA

#### 2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2017 e 30-11-2017)

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA                 |  | RECEITA PREVISTA CORRENTE | RECEITA COBRADA BRUTA | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | DESVIO FACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (P.S.T.V) | RESUMO DA EXECUÇÃO POR CLASSE DE RECEITA TOTAL |
|---|--|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|--|--|
| 221                                     | DESIGNAÇÃO                             | EM €                      | EM €                  | EM %                        | EM %   | EM %   |
| <b>Recorrendo às Receitas Correntes</b> |  | <b>9.174.298,48</b>       | <b>10.288.733,76</b>  | <b>111,10%</b>              | <b>+1,92%</b>                                    | <b>63,55%</b>                                  |
| 01                                      | IMPOSTOS DIRECTOS                      | 4.573.031,32              | 4.111.579,88          | 89,91%                      | -1,80%   | 16,88%   |
| 02                                      | IMPOSTOS INDIRECTOS                    | 69.548,98                 | 72.290,93             | 103,98%                     | 17,97%   | 0,39%  |
| 04                                      | TAXAS, MULTAS, O PENALDADES            | 217.320,86                | 216.885,81            | 99,85%                      | 5,34%  | 0,87%  |
| 05                                      | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE             | 1.285.400,00              | 1.113.731,89          | 86,61%                      | -3,50%   | 4,40%  |
| 06                                      | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES               | 10.832.298,32             | 9.378.789,16          | 86,61%                      | -3,30%   | 37,75%   |
| 07                                      | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES     | 1.348.580,00              | 1.322.901,20          | 98,10%                      | 6,89%  | 5,32%  |
| 08                                      | OUTRAS RECEITAS CORRENTES              | 71.180,00                 | 69.435,36             | 97,56%                      | 6,08%  | 0,28%  |
| <b>Receitas de Capital</b>              |  | <b>18.750.063,62</b>      | <b>8.559.453,08</b>   | <b>45,65%</b>               | <b>-40,41%</b>                                   | <b>34,45%</b>                                  |
| 09                                      | VENDA BENS INVESTIMENTO                | 1.060,00                  | 80.182,88             | 7694,64%                    | 7683,63%   | 0,32%  |
| 10                                      | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL              | 8.776.047,30              | 700.844,36            | 7,98%                       | -83,83%  | 2,82%  |
| 12                                      | PASSIVOS FINANCIEROS                   | 3.417.830,00              | 3.107.829,82          | 91,20%                      | 1,18%  | 12,78%   |
| 13                                      | OUTRAS RECEITAS CAPITAL                | 100,00                    | 7.085,17              | 7085,17%                    | 7083,68%   | 0,03%  |
| 15                                      | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 8.000,00                  | 68.774,83             | 738,87%                     | 647,38%  | 0,24%  |
| 18                                      | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR             | 4.543.948,32              | 4.543.948,32          | 100,00%                     | 0,00%  | 18,19%   |
| <b>TOTAL GERAL</b>                      |  | <b>34.924.360,07</b>      | <b>24.845.236,83</b>  | <b>71,14%</b>               | <b>-20,37%</b>                                   | <b>100,00%</b>                                 |

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 71,14%, abaixo do grau de execução esperado para este período (91,51%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 20,37%.

No entanto, é de salientar que na rubrica de transferências de capital se encontra prevista para o ano de 2017 o montante de 7.461.298,30 € relativamente à participação comunitária

de projetos cofinanciados e que até ao dia 30 de novembro não foi arrecadado qualquer montante.

Em síntese, a receita cobrada líquida atingiu, neste período, o montante total de 24.845.236,83 €, valor este já deduzido dos reembolsos e restituições pagas no montante global de 175.819,15 €.

### 3. DESPESA

#### 3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01/01/2017 a 30/11/2017

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA         | DOTAÇÕES CONFERIDAS  | DESPESA PAGA         | GRAU DE EXECUÇÃO      | DESVIO FACE AO    | PREÇO DA         |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|------------------|
|                                 |                      |                      | ORÇAMENTAL            | GRUPO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO ORÇ. NA |
| EXP.                            | TERMINAÇÃO           | 17                   | 2017/01/01-30/11/2017 | GRUPO DE EXECUÇÃO | DESPESA TOTAL    |
| <b>Despesas Correntes</b>       | <b>18.334.833,00</b> | <b>12.343.488,38</b> | <b>72,81%</b>         | <b>-18,82%</b>    | <b>67,99%</b>    |
| 01 Despesas com Pessoal         | 4.858.676,00         | 4.276.263,73         | 88,03%                | -3,49%            | 33,32%           |
| 02 Aquisição de Bens e Serviços | 8.383.888,00         | 5.338.107,81         | 63,68%                | -27,69%           | 29,12%           |
| 03 Juros Outros Encargos        | 54.068,00            | 16.821,48            | 30,19%                | -41,32%           | 0,00%            |
| 04 Transferências Correntes     | 3.442.368,00         | 2.647.672,80         | 74,01%                | -17,89%           | 13,80%           |
| 05 Outras Despesas Correntes    | 217.865,00           | 186.110,85           | 78,34%                | -14,27%           | 0,97%            |
| <b>Despesas de Capital</b>      | <b>17.699.827,07</b> | <b>6.008.526,36</b>  | <b>33,96%</b>         | <b>-58,21%</b>    | <b>33,67%</b>    |
| 07 Aquisição de Bens de Capital | 14.388.827,07        | 3.443.880,34         | 23,97%                | -47,64%           | 16,79%           |
| 08 Transferências de Capital    | 2.989.370,00         | 2.177.787,98         | 72,81%                | -18,20%           | 11,88%           |
| 09 Activos Financeiros          | 144.825,00           | 72.378,00            | 49,97%                | -41,84%           | 0,30%            |
| 10 Passivos Financeiros         | 284.805,00           | 188.482,98           | 64,89%                | -30,82%           | 0,65%            |
| 11 Outras Despesas de Capital   | 183.867,00           | 140.260,84           | 72,34%                | -18,17%           | 0,78%            |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>36.034.660,07</b> | <b>18.334.022,83</b> | <b>50,89%</b>         | <b>-33,01%</b>    | <b>100,00%</b>   |

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 52,50% sendo, o grau de execução esperado 91,51%, representa um desvio negativo de 39,01%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 33,30%, o que representa um desvio negativo de 58,21%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

de projetos cofinanciados e que até ao dia 30 de novembro não foi arrecadado qualquer montante.

Em síntese, a receita cobrada líquida atingiu, neste período, o montante total de 24.845.236,83 €, valor este já deduzido dos reembolsos e restituições pagas no montante global de 175.819,15 €.

### 3. DESPESA

#### 3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2017 a 30-09-2017

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA    |                              | DOTAÇÕES CORRIDAS    | DESPESA PAGA         | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (91,51%) | PESO DA EXECUÇÃO DN NA DESPESA TOTAL |
|----------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------|---|--------------------------------------|
| DAF                        | DESCRIÇÃO                    | €                    | €                    | (%)                         | (%)   | (%)                                  |
| <b>Despesas Correntes</b>  |                              | <b>18.934.823,00</b> | <b>12.343.498,28</b> | <b>72,99%</b>               | <b>-18,52%</b>                                  | <b>87,33%</b>                        |
| 01                         | Despesas com Pessoal         | 4.858.678,00         | 4.275.283,73         | 88,89%                      | -3,49%  | 23,32%                               |
| 02                         | Aquisição de Bens e Serviços | 8.368.868,00         | 5.338.107,91         | 63,82%                      | -27,89%   | 28,12%                               |
| 03                         | Juros Outros Encargos        | 84.058,00            | 18.321,48            | 20,19%                      | -61,32%   | 0,09%                                |
| 04                         | Transferências Correntes     | 3.442.368,00         | 2.547.872,90         | 74,01%                      | -17,50%   | 13,80%                               |
| 06                         | Outras Despesas Correntes    | 217.869,00           | 188.110,85           | 78,24%                      | -15,27%   | 0,91%                                |
| <b>Despesas de Capital</b> |                              | <b>17.888.827,87</b> | <b>5.990.828,88</b>  | <b>33,30%</b>               | <b>-58,21%</b>                                  | <b>32,67%</b>                        |
| 07                         | Aquisição de Bens de Capital | 14.368.927,07        | 3.443.880,34         | 23,97%                      | -67,94%   | 18,75%                               |
| 08                         | Transferências de Capital    | 2.898.370,00         | 2.177.787,59         | 72,81%                      | -18,80%   | 11,89%                               |
| 09                         | Ativos Financeiros           | 144.825,00           | 72.375,00            | 48,97%                      | -41,54%   | 0,39%                                |
| 10                         | Passivos Financeiros         | 284.538,00           | 188.482,88           | 64,99%                      | -36,52%   | 0,89%                                |
| 11                         | Outras Despesas de Capital   | 169.867,00           | 140.293,84           | 72,34%                      | -18,17%   | 0,78%                                |
| <b>TOTAL</b>               |                              | <b>34.824.380,87</b> | <b>18.334.327,16</b> | <b>52,50%</b>               | <b>-39,01%</b>                                  | <b>100,00%</b>                       |

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 52,50% sendo, o grau de execução esperado 91,51%, representa um desvio negativo de 39,01%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 33,30%, o que representa um desvio negativo de 58,21%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

### 3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01/01/2017 a 30/11/2017

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA    |                              | DOTAÇÃO CORRIGIDA    | COMPROMISSOS         | GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS |
|----------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------|
| CAP.                       | DESCRIÇÃO                    | (1)                  | (2)                  | (3) = (2)/(1)*100                 |
| <b>Despesas Correntes</b>  |                              | <b>16.834.833,00</b> | <b>14.908.841,73</b> | <b>88,02%</b>                     |
| 01                         | Despesas com Pessoal         | 4.856.676,00         | 4.879.346,08         | 99,36%                            |
| 02                         | Aquisição de Bens e Serviços | 8.383.888,00         | 6.803.010,99         | 81,34%                            |
| 03                         | Juros Outros Encargos        | 54.058,00            | 51.336,77            | 94,97%                            |
| 04                         | Transferências Correntes     | 3.442.388,00         | 3.199.774,43         | 92,95%                            |
| 08                         | Outras Despesas Correntes    | 217.865,00           | 172.073,78           | 78,98%                            |
| <b>Despesas de Capital</b> |                              | <b>17.989.527,07</b> | <b>9.886.398,21</b>  | <b>53,84%</b>                     |
| 07                         | Aquisição de Bens de Capital | 14.388.927,07        | 6.374.284,40         | 44,37%                            |
| 08                         | Transferências de Capital    | 2.999.370,00         | 2.717.842,38         | 90,61%                            |
| 09                         | Activos Financeiros          | 144.825,00           | 144.750,00           | 99,95%                            |
| 10                         | Passivos Financeiros         | 284.538,00           | 280.772,35           | 98,68%                            |
| 11                         | Outras Despesas de Capital   | 183.867,00           | 188.779,08           | 87,08%                            |
| <b>TOTAL</b>               |                              | <b>34.824.360,07</b> | <b>24.691.939,94</b> | <b>70,41%</b>                     |

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, no final do décimo primeiro mês do ano, comprometemos (70,41%) da dotação do orçamento do Município.

Dos 24.591.939,94 € de compromissos já assumidos para o exercício de 2017, mais de sete milhões de euros, são resultantes de compromissos transitados de 2016.

### 3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:



- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre a data do último reporte (31-09-2017) e do presente relatório (30-11-2017):

| COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/09/2017 A 30/11/2017   |             |             |             |           |
|---|-------------|-------------|-------------|-----------|
| (Atribuição da subfinanciamento previsto no Orçamento 2017-2018 pela Assembleia Municipal)                              |             |             |             |           |
| Descrição sumária do compromisso plurianual   | 2018        | 2019        | 2020        | Seguintes |
| Protocolo de Colaboração de Cofinanciamento dos trabalhos do Parque de Estacionamento junto à Igreja Matriz em Castêdes | 50.000,00 € |             |             |           |
| Protocolo Colaboração Auxílio Encargos Resultantes Construção Diferentes Valências Centro                               | 12.500,00 € | 12.500,00 € | 12.500,00 € |           |
| Protocolo de Apoio à Ampliação da Estrutura Residencial para Idosos   | 31.250,00 € | 31.250,00 € | 31.250,00 € |           |
| Protocolo Colaboração Apoio Construção Cobertura Edifício   | 9.000,00 €  |             |             |           |
| Protocolo de Colaboração para apoio à Época Desportiva 2017/2018  | 20.000,00 € |             |             |           |
| Protocolo de Colaboração para apoio aos escalões de formação para a época Desportiva 2017/2018                          | 90.000,00 € |             |             |           |
| Protocolo de Colaboração para apoio à Época Desportiva 2017/2018  | 3.000,00 €  |             |             |           |
| 7.ª Edição Projeto "Escolas Empreendedoras CIMVDL"  | 8.132,76 €  |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo de Outubro de Baixo e Jardim de Infância de Alvarim- 2017/2018                          | 5.033,64 €  |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo de Adiça e Moleiros e Jardins de Infância de Adiça, Botulho e Moleiros- 2017/2018       | 28.763,64 € |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo e Jardim de Infância de S. João do Monte- 2017/2018                                     | 5.752,73 €  |             |             |           |
| Regime de Fruta Escolar- 2017/2018  | 5.059,09 €  |             |             |           |
| Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas  | 9.594,00 €  | 9.594,00 €  | 7.995,00 €  |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo e Jardim de Infância de Lobão da Balra e Tonda- 2017/2018                               | 12.943,64 € |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo e Jardim de Infância de Cana de Santa Maria- 2017/2018                                  | 10.067,27 € |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo de Vilar e Jardins de Infância de Mosteiro de Fráguas e Vilar de Besteiros- 2017/2018   | 10.786,36 € |             |             |           |
| Refeições escolares do 1º ciclo de Tourigo e Jardins de Infância de Barreiro e Tourigo- 2017/2018                       | 7.190,91 €  |             |             |           |
| Protocolo Colaboração âmbito Programa Natação para Todos  | 51.639,30 € |             |             |           |



### 3.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais às Despesas Correntes".

Para efeitos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 83.º da mesma Lei, a receita corrente bruta cobrada anual deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

No quadro seguinte apresenta-se a situação do Município de Tondela relativamente ao período findo a 30 de novembro de 2017 (data de reporte do presente relatório):

| Teste ao Princípio do Equilíbrio Orçamental<br>art.º 40.º conjugado com o artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 03-09-2013 |  | Orçamento<br>Corrigido<br>em 30-11-2017 | Execução Orçamental<br>em 30-11-2017 |
|---|--|---|--------------------------------------|
| (1)   | Valor das receitas correntes brutas                        | 18.174.296,45 €                         | 16.321.352,26 €                      |
| (2)   | Amortizações médias de empréstimos existentes a 01-01-2014 | 221.847,68 €                            | 221.847,68 €                         |
| (3)   | Amortização média de empréstimo contratado                 | 428.938,26 €                            | 428.938,26 €                         |
| (4)=(1)-(2)-(3)   | Limite às despesas correntes                               | 17.523.510,51 €                         | 15.670.566,32 €                      |
| (5)   | Despesa corrente   | 16.934.833,00 €                         | 12.343.496,25 €                      |
| (6)=(4)-(5)   | Margem   | 588.677,51 €                            | 3.327.070,07 €                       |

Pese embora seja um princípio de verificação obrigatório no final do ano, da análise do teste ao princípio do equilíbrio orçamental, no quadro acima, podemos constatar que o Município, apresenta uma margem face ao limite das despesas correntes de 3.327.070,07€.

Por outro lado, conforme também se pode verificar no mapa anterior, o Município de Tondela, regista em 30 de novembro de 2017 receitas correntes suficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo.



#### 4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 334 dias do ano de 2017, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 07 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





O dia 15 de outubro de 2017 ficará gravado na memória dos habitantes do concelho de Tondela por muitos e longos anos. Não por ter sucedido algo que promovesse o bem-estar das pessoas, mas sim por ter sido o momento mais destrutivo e assustador que o concelho vivenciou em toda a sua história. O incêndio de 15 de outubro deixou um rasto de destruição no nosso concelho, percorrendo quase 180 quilómetros quadrados, causando prejuízos consideráveis. Desde habitações permanentes, a infraestruturas municipais, a instalações do nosso tecido empresarial, comércio e serviços, os prejuízos rondarão os 30 milhões de euros. Nesta estimativa não estão contabilizados os danos florestais, nem as perdas dos equipamentos agrícolas dos pequenos agricultores.

Mas, apesar de todo este cenário dantesco que nos assolou, o município de Tondela, liderado pelo seu presidente, Dr. José António, soube, de forma serena, tomar decisões que já estão e virão a produzir consequências positivas na qualidade de vida a quem mais sofreu com esta catástrofe. Com a enorme capacidade de trabalho que reconhecemos, assim como a identificação das questões prioritárias a resolver, o município diligenciou um conjunto significativo de ações positivas, que são

conhecidas por todos nós, e que foram ao encontro das solicitações dos lesados, minimizando as suas angústias.

Para mim, em particular, destaco e felicito a última iniciativa ocorrida na cerimónia de comemoração do 30º aniversário da elevação de Tondela a cidade, no passado dia 18, concretizada com a assinatura de um protocolo de colaboração entre o município de Tondela e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que visa implementar o programa de apoio à reconstrução de habitações permanentes. É o primeiro município a assinar este protocolo. Estamos a falar de 219 casas de primeira habitação, que serão recuperadas ao abrigo deste programa, com um custo superior a 11 milhões de euros. Neste domínio é de salientar também, o compromisso e a visão de responsabilidade social que a câmara municipal de Tondela evidenciou, desde a primeira hora, na resposta dada às questões que lhes foram sendo colocadas. Demonstra que, apesar de a ferida estar a cicatrizar lentamente, devemos acreditar e confiar nas soluções que estão a ser implementadas no terreno. Tenho plena convicção de que estas medidas possibilitarão "renascer das cinzas", devolvendo esperança aos nossos munícipes.

Muito obrigado.